



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

MARCILENE DE OLIVEIRA

**A INCLUSÃO DA ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO
FUNDAMENTAL I**

João Pessoa/PB
2018

MARCILENE DE OLIVEIRA

A INCLUSÃO DA ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO
FUNDAMENTAL I.

Trabalho de Conclusão de Curso para ser
apresentado ao Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para a obtenção
do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a. Izaura M. Andrade da
Silva.

João Pessoa/PB
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48i Oliveira, Marcilene de.
A INCLUSÃO DA ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN NA
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL I / Marcilene de Oliveira. - João
Pessoa, 2018.
67 f. : il.

Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Síndrome de Down. Inclusão escolar. Família. 2.
Qualificação Docente. I. Título

UFPB/BC

MARCILENE DE OLIVEIRA

A INCLUSÃO DA ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO
FUNDAMENTAL I.

Aprovado em: 31 / 10 / 2018

BANCA EXAMINADORA

Izaura Maria de Andrade da Silva

Profa. Izaura M. Andrade da Silva.
– Universidade Federal da Paraíba
(Orientadora)

Santuza M. de F. P. da Fonseca

Profa. Ms. Santuza Mônica de França P. da Fonseca
(Examinadora)

Taísa Caldas Dantas

Profa. Dra. Taísa Caldas Dantas
(Examinadora)

A Deus, pois só Ele é digno de honra e de glória.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho primeiramente ao grandioso e majestoso Deus, que me guiou e me fortaleceu ao longo dessa trajetória, ao meu pai, *in memoriam*, José Etelvino de Oliveira, à minha mãe Maria do Socorro da Conceição Oliveira, ao querido avô Sebastião Belo da Silva, aos meus cinco irmãos e às minhas quatro irmãs.

À minha família, pelo amor incondicional e incentivo, pela confiança em mim e pelo investimento, em especial a minha mãe que através do seu trabalho diário na agricultura me deu oportunidade de chegar até aqui. Obrigada, minha rainha, a senhora é minha força, meu exemplo. Obrigada pelo incentivo e amor incondicional.

A minha querida orientadora, a professora Izaura M. Andrade da Silva pela paciência e dedicação na orientação que possibilitou a elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos, pelos aprendizados compartilhados, em especial as minhas queridas amigas Laís Caroline Bernardo e Neídge Noêmie E. A. de Melo, vocês foram peças fundamentais nessa jornada.

Enfim, sou grata a todas as pessoas e amigos que me incentivaram e apoiaram ao longo do curso.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a inclusão de uma Estudante com Síndrome de Down (SD) na Educação Fundamental I. O processo de inclusão na escola vem sendo tema de grande relevância no processo de busca pela melhoria de qualidade na vida estudantil do educando com deficiências. A SD é uma condição cromossômica genética ocorrente no cromossomo 21, conhecida como trissomia 21. As pessoas com SD têm déficit cognitivo e um atraso no seu desenvolvimento intelectual, motor e também da hipotonia muscular, diferente das crianças sem SD, necessitam de uma prática curricular adequada as suas reais necessidades, entretanto isso não impede o seu desenvolvimento social, pessoal e cognitivo. Contudo, para obter uma evolução na aprendizagem das crianças com SD, são necessários vários fatores como o envolvimento da família, bem como, se possível, de um atendimento educacional especializado com profissionais qualificados além do aperfeiçoamento dos professores. Deste modo, este estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e de campo, de abordagem qualitativa e exploratória a partir de dados coletados na escola municipal João Lins no município de São Miguel de Taipu/PB com o propósito de analisar a inclusão de uma estudante com SD, sendo aplicadas entrevistas semiestruturadas, com participação de uma gestora, uma professora e uma criança com SD. Pelos resultados do estudo, percebeu-se que, apesar das dificuldades e na falta projetos curriculares que tragam metodologia adequada, a professora está sempre procurando práticas pedagógicas que envolvam e contribuam para aprendizagem da criança com SD, não limitando as suas práticas apenas no que a escola fornece.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Inclusão escolar. Família. Qualificação docente.

ABSTRACT

This study aims to analyze the inclusion of a Student with Down Syndrome (SD) in Fundamental Education I. The process of inclusion at school has been a subject of big relevance in the process of search for better quality in the student life for educating with disabilities. The SD is a genetic chromosomal condition occurring in chromosome 21, known as trisomy 21. The people with SD have cognitive deficits and a delay in their intellectual and motor development, as well as muscular hypotonia, different from children without SD, need a curricular practice adequate to their real needs, but this does not prevent their social, personal and cognitive development. However, in order to achieve an evolution in the learning of children with SD, several factors are required, such as the involvement of the family, as well as, if possible, a specialized educational service with qualified professionals besides the improvement of the teachers. Thus, this study was accomplished from a bibliographical and field research, with a qualitative and exploratory approach, based on data collected at the João Lins municipal school in the city of São Miguel de Taipu/PB, with the purpose of analyzing the inclusion of a student with SD, and application of semi-structured interviews, with the participation of a manager, a teacher and a child with SD. From the results of the study, it was noticed that despite the difficulties and lack of curricular projects that brings adequate methodology, the teacher is always looking for pedagogical practices that involve and contribute to the learning of children with SD, not limiting their practices only in what the school supplies.

Keywords: Down Syndrome. School inclusion. Family. Teacher Qualification.

LISTA DE SIGLAS

AEE Atendimento Educacional Especializado

CEB Câmara de Educação Básica

CNE Conselho Nacional de Educação

LDB Lei de Diretrizes de Bases

MEC Ministério da Educação e Cultura

NEE Necessidade Educacional Especial

PNE Plano Nacional de Educação

PPP Projeto Político Pedagógico

SD Síndrome de Down

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS	14
2.1.	Como a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Define o Conceito do Atendimento Educacional Especializado (AEE)	19
3	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN	22
3.1.	Inclusão Escolar	24
3.2.	O papel do(a) gestor(a) escolar frente ao processo da inclusão a criança com Síndrome de Down	29
3.3.	Aprendizagem dos estudantes com Síndrome de Down	33
3.4.	Avaliação	36
3.5.	A Integração dos Pais na Aprendizagem	37
3.6.	A Qualificação dos Docentes	39
4	METODOLOGIA DA PESQUISA	42
4.1.	Local e sujeitos da pesquisa	43
4.2.	Característica da escola	44
4.3.	Município de São Miguel de Taipu-Paraíba	45
4.4.	Instrumento de coletas de dados	46
4.5.	Resultados e Discussões dos Dados	46
4.5.1.	Análise de dados da Participante M1	46
4.5.2.	Análise de dado da participante A2	50
4.5.3.	Análise da observação das relações interpessoais da criança com SD	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICES	60

1 INTRODUÇÃO

Para o núcleo escolar, alunos, família e professores, inclusão é a palavra chave. Para criança com Síndrome de Down (SD), ser acolhida adequadamente no ambiente escolar é fundamental para seu desenvolvimento cognitivo, pessoal e social. A inclusão deve caminhar junto ao processo educacional, entretanto a escola, na maioria das vezes, não está preparada para receber alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), apesar de compreender a importância da educação inclusiva, o ensino regular deve entender que os alunos com deficiências devem ser vistos como pessoas com potencialidades, mas com necessidades diferenciadas, consequentemente os mesmos precisam de oportunidades ampliadas para seu desenvolvimento no âmbito educacional. É necessário à escola buscar a cada dia se qualificar e renovar o seu conhecimento sobre inclusão escolar. É de fundamental importância a compreensão de que vivemos em um país com seres humanos diversificados. Entretanto, o indivíduo com deficiência ainda continua com dificuldades, sofrendo preconceitos e limitações sociais e pessoais, por simplesmente precisar de adequação às suas necessidades especiais. Isso ocorre justamente por falta de conhecimento e comprometimento, como também a falta de trabalho em conjunto de escola e família. Todos os seres humanos têm capacidade para se desenvolver socialmente, intelectualmente, pessoalmente, não sendo diferente para com o sujeito com necessidades especiais, o mesmo precisa ser estimulado desde cedo a desenvolver esse potencial, haverá avanços e regressos, mas, cada degrau vencido é uma conquista e o resultado final é sempre o melhor. A escola só aprende a incluir convivendo e conhecendo as diferenças dos seus alunos, o diferente sempre causa insegurança e medo, mas constrói aprendizado e possibilita a criança com deficiência a criar a sua própria identidade como qualquer outra criança.

A criança com Síndrome de Down, com sua característica marcante, acaba passando por situações e olhares diferenciados, muitos têm a ideia errônea de caracterizar a criança com SD como extremamente agressiva ou carinhosa, quando, na verdade, assim como todas as crianças ditas “normais” ela só é como a família, sociedade ou o ambiente a trata. Na educação, torna-se, muitas vezes, um empecilho para inclusão desde a criança até adulto com SD, começando da família

que tem ressalva por possível discriminação e exclusão. Daí compreende-se que a parceria entre família e escola é importantíssima nesse processo de inclusão educacional.

Vale ressaltar que os gestores e corpo docente devem ter um olhar sobre o papel importantíssimo da escola na inclusão, buscar criar e trabalhar projetos sobre o tema, que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola esteja de acordo com esse projeto. Na parte estrutural, a escola deve ser acessível para as crianças com necessidades especiais. Lembrando sempre que, seja privado ou público, o atendimento educacional especializado é um direito garantido por lei, pois sem inclusão a educação é falha e inexistente.

A família é o vínculo mais forte que a criança com SD estabelece durante sua vida e, nesse processo de inclusão pela educação, é preciso trabalhar sempre em parceria com a escola. Se não existir essa união vai dificultar e atrasar a aprendizagem da criança, os professores precisam desse contato com os pais para saber mais sobre a criança com SD e falar sobre o que vem acontecendo na escola, sem essa troca de informações a inclusão não vai funcionar.

É com esse enfoque, sobre a inclusão de uma estudante com Síndrome de Down no Ensino Fundamental, que este estudo buscou respostas para a seguinte indagação: Analisar quais as dificuldades encontradas pelos professores da escola João Lins ao atendimento à criança com síndrome de Down?

Nesse sentido, este trabalho de conclusão de curso foi resultado das experiências de uma visita à escola João Lins, da cidade de São Miguel de Taipu. Desde o início do curso de Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba, surgiu à inquietação em relação de como as escolas trabalham o processo de uma educação inclusiva. Tal inquietação motivou a busca por informações sobre o assunto até que, em outubro de 2017, através de uma visita há escola em questão, onde conheci uma aluna com SD, senti a necessidade de entender como uma escola municipal de pequeno porte consegue trabalhar a inclusão educacional de alunos como ela. Para tanto, foi escolhido como procedimento metodológico à pesquisa bibliográfica e também a pesquisa de campo. O referencial teórico se apoia em autores e fontes que tratam do tema. Já a investigação, como estudo de caso, se caracteriza pelo interesse em casos específicos, possuindo natureza qualitativa.

A partir do questionamento supracitado, este trabalho tem como objetivo geral compreender como está sendo o processo de inclusão da aluna com Síndrome de

Down no ensino regular na escola Municipal João Lins da cidade de São Miguel de Taipu.

São objetivos específicos:

- Analisar quais as dificuldades encontradas pelos professores desta escola ao atendimento a criança com síndrome de Down;
- Verificar se o professor(a) está preparado, tanto profissionalmente, como psicologicamente, para trabalhar com o ensino inclusivo, sobretudo em relação ao estudante com SD;
- Analisar a importância dos pais dos alunos com Síndrome de Down no acompanhamento do processo na aprendizagem;
- Identificar as dificuldades e os avanços que a aluna com SD apresenta no processo escolar;
- Averiguar se a escola possui estrutura física organizada;
- Compreender como é a interação da aluna com Síndrome de Down no espaço escolar com os outros alunos;
- Analisar as práticas educacionais desenvolvidas com a aluna com SD, bem como a sua aceitação ou não pelo grupo ao qual está inserido.

A justificativa para a monografia encontra escopo no interesse pessoal em relação ao tema, justifica-se pela necessidade de compreender como tem sido a inclusão escolar dessa aluna com Síndrome de Down no processo educacional na escola de rede Municipal João Lins na cidade de São Miguel de Taipu / PB, sem um atendimento educacional especializado, pois se entende a importância de uma sala de recurso nesse processo de inclusão escolar. Discutiremos como a escola vem desenvolvendo as suas práticas pedagógicas com essa estudante com Síndrome de Down e como esse atendimento é um desafio para educadores, visto que muitos não possuem formação para o mesmo. A Inclusão para qualquer deficiência é um desafio tanto para as instituições, para os educadores e para os próprios alunos com deficiências. Faz necessário que gestores e docentes trabalhem com ações governamentais que priorizem a educação especial, que venham contribuir para que as escolas desenvolvam projetos e atividades tanto na sala de aula como na sala de recursos visando à inclusão dos alunos com síndrome de Down.

O desafio da educação especial brasileira é a implantação de uma educação de qualidade e com a organização escolar inclusiva. A lei contribuiu para inclusão, a

difficuldade é a escola compreender que não se deve incluir por causa das leis, ou seja, obrigatoriedade de aceitar as crianças com deficiências, e sim que o processo de inclusão é um momento de aprendizagem tanto para os alunos, familiares, professores, e todos aqueles que fazem parte desse processo de integração que atendam a todos os alunos com síndrome de Down, sem nenhum tipo de discriminação e que reconheçam as diferenças como fator de enriquecimento no processo educacional. Assim, esse estudo busca como resultado de analisar com a Inclusão escolar da aluna com síndrome de Down no ensino fundamental I, que é de extrema importância na construção da identidade e autonomia da mesma, a partir do momento em que o acompanhamento desta, durante o processo educacional, leva a aquisição de segurança por parte dos alunos com síndrome de Down que se sentem duplamente amparados, ora pelo professor (a), ora pelo núcleo escolar e também seus pais o que irá incorrer do processo ensino aprendizagem.

Na sequência, cabe esclarecer que a monografia está organizada da seguinte forma: um capítulo abordando os marcos históricos e normativos, bem como a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva define o conceito do Atendimento Educacional Especializado (AEE); um outro capítulo em que constam práticas pedagógicas para o estudante com Síndrome De Down, inclusão escolar, o papel do(a) gestor(a) escolar frente ao processo da inclusão da criança com Síndrome de Down, aprendizagem dos estudantes com Síndrome de Down, avaliação, a Integração dos pais na aprendizagem e qualificação dos docentes. Há, ainda, um capítulo em que se apresenta o método e caracterização da pesquisa de campo e a análise dos dados coletados. Por fim, são apresentadas as considerações finais com as respectivas análises e referências.

2 MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS

A difusão da alfabetização no Brasil ocorreu apenas no transcorrer do século XX, acompanhando a constituição tardia do sistema público de ensino. Até fins do século XIX, as oportunidades de escolarização eram muito restritas, acessíveis quase que somente às elites proprietárias e aos homens livres das vilas e cidades, minoria da população.

A educação é um instrumento fundamental para o desenvolvimento social e econômico de um país, diante das desigualdades sociais que vivemos no Brasil é perceptível o quanto a oferta de uma educação de qualidade influencia diretamente na qualidade de vida das pessoas. Quanto menos qualificação tiver uma população, menor será sua renda e, em uma economia criada para que o consumo se dê pela renda, esse sistema de desigualdade coloca em posição vulnerável a maior parte da população brasileira.

Segundo Rodrigues(2013) a educação, desde a Grécia antiga, sempre foi seletiva, segregacionista e excludente, onde era direcionada exclusivamente aos nobres da época, sendo ministrada nos castelos. Os homens aprendiam sobre arte da guerra, enquanto às mulheres se limitavam apenas as atividades domésticas. Já as pessoas com deficiência sequer tinham o direito a vida, eram exterminadas assim que nasciam sendo uma prática aceita socialmente.

Em relação à educação para pessoas com necessidades educacionais especiais Rodrigues (2013, p. 27), também discorre que, “a visão social a respeito das pessoas com deficiência, até a Idade Moderna, estava intrinsecamente ligada a superstições, preconceitos e crenças infundadas.”, ou seja, com se tem uma visão preconceituosa e errônea acaba anulando qualquer possibilidade de uma própria construção de conhecimento seja no âmbito social, profissional, intelectual e pessoal, a sociedade acaba deixando de lado e não busca a inclusão, seja em qualquer área, para esses sujeitos com necessidades educacionais especiais. Quando essa inclusão ocorre é de maneira equivocada e não abrange a todos os envolvidos. Rodrigues (2013) também afirma que a história da educação escolar é marcada com separação de classes, com possibilidade de conhecimento e condições diferentes, marcando com isso a exclusão no ambiente escolar.

A autora ainda ressalta que,

No que diz respeito à educação, os (as) alunos (as) com deficiência, após um preparo inicial nas escolas especiais, poderiam frequentar as classes comuns das escolas regulares, desde que apresentas sem condições para enfrentar o desafio. (RODRIGUES, 2013, p. 31)

Os alunos com deficiências eram preparados através de organizações educacionais especiais para serem inseridos ao processo educacional comum. Compreende-se que o educador é mais que um ministrador de aulas, é compartilhador dos objetivos constantes, que trabalha numa perspectiva de formação libertadora para o processo de emancipação política e cultural. É importante que os alunos compreendam o que está sendo ensinado e que não aprenda apenas a ler e escrever. É preciso que saiba compreender e refletir criticamente sobre o processo e o significado da linguagem e possa aplicar na sua vida o que aprendeu na escola, nesse sentido o papel do professor é fundamental para que haja a reflexão crítica. Para Rodrigues (2013), esse processo não ocorre para todas as pessoas com necessidades educacionais especiais, em muitos casos eles são anulados, não acreditam na sua capacidade de se adaptarem ao ensino comum, como também na sociedade, os mesmos, na maioria das vezes são obrigados a se adaptar a esses espaços que não possuem nenhuma acessibilidade para tal.

Na historia, pode se destacar algumas iniciativas de atendimento educacional a pessoa com deficiência em instituições especializadas, como relata o trecho da Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil:

O atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto de Benjamim Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2007, p.2).

No Brasil, tinha atendimento de entidades não governamentais como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e a sociedade Pestalozzi, já para o poder público ofertaram em escolas públicas, classes especiais separadas ao ensino comum. Desde essa época até os dias atuais a Educação Especial vem buscando espaço, currículos e estruturas no ensino comum.

O artigo 208 inciso III da Constituição Federal (1988) que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos, afirma obrigatoriedade do Estado para disponibilização ao atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência preferencialmente no ensino comum. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, uma educação para todos, consequentemente garante a evolução pessoal, social, profissional e mesma sendo igualitária para cada indivíduo e construído um espaço escolar acessível para que os alunos der continuidade no processo educacional.

No dia 24 de outubro do ano de 1989, foi instituída a lei nº 7.853 que salienta a inclusão, sendo o dever das escolas públicas de ofertar obrigatoriamente e gratuitamente a educação especial. A mesma ressalta que o poder público deve ser responsável pela matrícula no ensino regular das escolas particulares e públicas de pessoas com necessidades educacionais especiais. Essa lei garante a criança com deficiência o acesso a escolar regular, como também a todos os recursos nela presentes, porém o texto também é excludente deixando uma parte das crianças fora dessa linha de inclusão quando ressalta que elas não são capazes de acompanhar o desenvolvimento do processo educacional regular, e de ser apto a se socializar com o outro.

A lei conhecida com Estatuto da Criança e do Adolescente (nº 8.069 de 1990), entre outras normas, afirma o atendimento educacional especializado à pessoa com deficiência, garante o ensino regular, ações e políticas públicas voltadas para auxiliar e proteger o núcleo familiar. No ano de 1994, a Política Nacional de Educação Especial remete a um texto visto como atraso para uma educação de inclusão, pois o mesmo, ao invés apregoar a inclusão, defende a integração no sistema comum de ensino, contudo sem advogar uma transformação neste sistema para acolher o estudante com deficiência (BRASIL, 2008).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394 (1996) vem garantir um atendimento educacional especializado preferencialmente em escolas regulares, com também, escolas ou “serviços especializados” sempre quando houve crianças públicos alvos da educação especial sem condições de integrar o ensino comum. Essa lei trás também a importância da formação dos educadores, metodologias e recursos entre outros para adaptar as necessidades dos alunos com deficiências e superdotação ou altas habilidades, transtornos globais do desenvolvimento.

No Plano Nacional de Educação (PNE. 2001), sendo a lei 10.172, compõe diretrizes para o ensino especial para crianças e jovens com necessidades especiais. Entre outros objetivos a lei garantia a educação especial, afirmava que o ensino regular deveria promover e assegurar vagas em todos os níveis e modalidades de ensino para diferentes necessidades especiais.

Na Resolução CNE/CEB nº 2/ 2001 discorre sobre Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica no art. 2º afirma que

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, p.1)

Ou seja, as escolas devem permitir as matrículas para alunos com necessidades especiais, e que a mesma deve buscar condição acessível para os estudantes com deficiências, assegurando uma educação de qualidade onde todos tenham possibilidade na aquisição da mesma, o ambiente escolar deve estar aberto e preparado para as diversidades, buscar projetos voltados para autonomia e ao respeito dos estudantes, criando estratégias de convivência, fazer uma mudança em conjunto com a família, escola e alunos para contribuir na aprendizagem das crianças com deficiências, não julgar ou ter medo e sim buscar um olhar diferenciado para superar as dificuldades. . No destarte evidencia-se também a complementação da escola comum pelo atendimento educacional especializado, o mesmo pelo documento deveria iniciar na modalidade Infantil, “O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, [...] mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento”. (BRASIL, 2001, p. 1).

Segundo Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), a exclusão é um fator histórico, que há um grupo privilegiado de escolarização e outro que está fora do padrão, logo, fora desse privilégio. Com a democratização da escola, o paradoxo inclusão/exclusão entra em evidência, mas que em quase nada altera a questão de segregação e exclusão, ainda sobrepondo um determinado grupo sobre o outro, naturalizando assim, o fracasso. Quando a escola começa a democratiza buscando incluir e o ensino torna-se acessível e universal,

mesmo assim ainda haverá exclusão para determinados sujeitos que são vistos diferentes do padrão escolar.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios. (BRASIL, CNE/CEB nº 4/2009).

Conforme Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, É necessário que para o atendimento aos alunos especiais, os professores tenham formação específica em educação especial. Michels (2011) relata que nos últimos tempos, no Brasil, vem sendo discutido a necessidade de preparar a escola regular para o atendimento as crianças com deficiências, como acessibilidade do ambiente escolar, metodologias, formação de docentes entre outros métodos para que se possa alcançar a meta dessa política educacional.

Todos devem ter o direito há uma educação de qualidade, que respeite as suas diversidades, uma metodologia e currículo que seja voltada á contemplar a todos sem distinção. Existem, em nosso ambiente escolar, alunos com diferentes necessidades especiais, culturas, valores, conhecimento, enfim a diversidade compõem as escolas, a falta de conhecimentos e respeito com as limitações do próximo criar atitudes discriminatória, ocasionado muitas vezes recusa em conviver com essas diferenças. Buscar incluir os alunos especiais no cotidiano da escola é um enorme desafio, mas não impossível é uma necessidade, a educação é um instrumento importantíssimo para tornar uma pessoa consciente e ativo tanto no meio social, cognitivo e pessoal, possibilitando melhores condições de vida perante a sociedade, a inclusão na educação é o direito de todos.

2.1. Como a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Define o Conceito do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Segundo Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2007, p. 7) determina que, “o AEE é ofertado preferencialmente na rede regular de ensino, podendo ser realizado por meio de convênios com instituições especializadas, sem prejuízo do sistema educacional inclusivo”.

O atendimento educacional especializado tem como objetivo conhecer todas as necessidades específicas dos alunos, criar meios metodológicos e acessíveis para o seu pleno desenvolvimento e que sejam participativos no seu processo educacional, criando percurso e derrubando dificuldades. Diferentemente dos conteúdos trabalhados na sala de aula regular, as atividades do atendimento educacional especializado não podem ser substituídas na aprendizagem, o mesmo ocorre para complementar ou auxiliar no acréscimo do conhecimento, auxiliando os alunos na sua autonomia dentro e fora da escola. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2008, p.15).

Com base nessa definição, compreende-se que o AEE é o atendimento direcionado para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, esse atendimento não vem substituir o ensino comum, mas contribuir para auxiliar no processo de uma educação inclusiva, esse atendimento não é um reforço escolar. A respeito da questão Thesing e Costas (2017, p. 205) dizem que,

[...]o professor de Educação Especial é um professor itinerante físico e pedagogicamente: está envolvido em realizar parcerias com os professores da sala de aula comum, em trabalhos de cunho articulado e colaborativo, com os sujeitos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais e com suas turmas, e também de forma individualizada, nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O profissional da AEE irá conhecer os alunos com sua necessidade específica, preparar atividades e práticas pedagógicas para que esses alunos consigam desenvolver os seus potenciais, contribuindo no processo cognitivo, buscando sempre trabalhar em conjunto com os professores, pais e alunos. O docente deverá ser criativo nos conteúdos ministrados no AEE, o mesmo deve ser estimulador para que os alunos consigam superar suas dificuldades educacionais.

Vale ressaltar que, o Atendimento Educacional Especializado, segundo Rodrigues (2015, p. 61), “[...] tem o papel de procurar meios psicopedagógicos para eliminar as barreiras impostas pela deficiência, para plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.” A escola tem obrigatoriedade em oferecer os serviços do AEE aos estudantes, público alvo da educação especial, e a família pode decidir participar ou não desse atendimento. Esse atendimento deve ser oferecido no turno oposto, deve ser ofertado em ambientes adequados, se possível em uma sala de Recursos Multifuncionais do próprio núcleo escolar. Caso a escola não tenha educadores qualificados para esse atendimento educacional especializado, o mesmo pode ser feito em outra escola de ensino comum ou em Centros Especializados. O AEE deve oferecer estratégias para contribuir com o aprendizado, superar dificuldades para o benefício e crescimento cognitivo dos alunos, valorizando as suas potencialidades e respeitando a sua diversidade social, pessoal, cultural e intelectual.

Conforme Mantoan (2003, p. 23) na educação inclusiva e na lei o atendimento educacional especializado deveria ser ofertado em todas as modalidades do ensino “[...] de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade.” Vale ressaltar que o AEE deveria estar vinculado com as práticas pedagógicas e o Projeto Político Pedagógico da escola regular, sendo essas metodologias construídas em conjunto com a escola e família e com a turma para contribuir no aprendizado e inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96), define no capítulo V da Educação Especial que,

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; (BRASIL, 1996, p.1).

Silva e Carvalho (2017) ressaltam que, dentre todos os processos e ações de acessibilidade na escola, educadores relatam a importância de se ter recursos, uma

estrutura adequada e metodologias educacionais para que se ocorra um pleno desenvolvimento na educação especial.

A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, realizada em Salamanca, Espanha entre 7 e 10 de junho de 1994, com a cooperação da UNESCO, defende e proclama que:

[...] é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. (BRASIL, 1994, pp. 3).

Dessa maneira, cabe à escola buscar conhecer as necessidades educacionais de todos os alunos, e através das leis procurar respeitar o mesmo na sua diversidade e no seu tempo na aquisição do conhecimento. É muito importante que toda a escola pública ou privada tenha um AEE para auxiliar no desenvolvimento educacional e social da criança SD.

O atendimento educacional para alunos Down deve, portanto, privilegiar o desenvolvimento e a superação daquilo que lhe é limitado, exatamente como acontece com as demais deficiências, atividades lúdicas e esportivas, jogos pedagógicos diversos, Internet, pesquisas, música, passeios pedagógicos, enfim, tudo com o que qualquer criança, com ou sem deficiência, poderia sentir-se atraída, claro que sempre respeitando a particularidade da mesma, pois nem todas gostam das mesmas coisas.

Assim sendo, ele precisa adquirir através do atendimento educacional A sala de recurso é uma ferramenta importantíssima e essencial para esses alunos conseguirem adaptar-se ao ambiente escolar e, conseqüentemente, ter êxito na sua aprendizagem e no desenvolvimento quanto cidadão.

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN

Analizando as transformações educacionais ao longo do tempo entende-se que é evidente o papel das ações pedagógicas para conquista da inclusão, nessa jornada a direção da escola deve buscar conhecer sobre a realidade interna e externa da comunidade na qual a escola se localiza e conhecer as limitações e potencialidades de seus alunos e também fatores internos como a participação dos demais servidores da escola. Ter objetivos diretos, como metas determinadas, Projeto Político Pedagógico, planejamentos curriculares flexíveis, ambiente adequado e com acessibilidade, buscar a participação da família e dar suporte aos professores nesse processo educacional de igualdade entre os diferentes sujeitos para poder criar práticas pedagógicas que incluam a criança com SD. Muitas vezes as organizações de ensino concentram-se na aceleração da aquisição dos conteúdos estipulado pelo Ministério da Educação e cultura (MEC) ou pelo município e ignoram as práticas pedagógicas adequadas ao estudante como ponto de partida como um objetivo, um fim, essas práticas que seguem apenas o currículo proposto, na maioria das vezes não contempla a todos, só a minoria, Existe, ainda, a diferença entre ser alfabetizado e ser letrado. Uma coisa é conhecer letras, outra é usá-las e saber praticá-las, se faz necessário descobrir a importância dos alunos como participantes ativos e reflexivos daquilo que estão aprendendo. O aluno não é apenas ouvinte ou aprendiz, mas ele tem um papel importante: o de participante ativo na sua formação, isso contribui para os embasamentos das práticas pedagógicas, práticas essas que visa epistemologicamente à educação que almejamos para sociedade.

Farfus (2012, p.21) analisa que,

A educação no século XXI não se consolida da mesma maneira como no passado. Atualmente, ela apresenta papel fundamental na autonomia das pessoas e dos países que buscam condição de desenvolvimento e equidade social. Na sociedade do conhecimento, há a necessidade da compreensão de que um processo educacional de qualidade, consolidado, permitirá o desenvolvimento de competências fundamentais para se enfrentar as novas demandas do mundo globalizado.

A educação é uma ferramenta para o indivíduo dar um novo significado às suas práticas cotidianas, que querem se libertar dos preconceitos sofridos,

procurando reconstruir uma trajetória de vida marcada pela exclusão e trilhando um caminho de formação de novos valores e cidadanias. A educação inclusiva deve apresentar uma metodologia adequada às especificidades de seus sujeitos, considerando suas histórias de vida, seus saberes, suas motivações. No entanto, ainda são poucas as instituições escolares brasileiras que oferecem práticas pedagógicas que considerem os aspectos mencionados anteriormente, e compreendem a importância da necessidade de metodologias e currículos adequados que apontam a necessidade de uma escola que considere as particularidades do ensino, tanto da diversidade cultural, social e especial. Além disso, com um reconhecimento de uma área/modalidade de ensino que precisa ser estudada e que se encontra em um processo constante de construção.

Para se alcançar uma prática pedagógica inclusiva, tem que possuir consciência da necessidade de buscar mecanismos, métodos e teorias que estimulem o público alvo a não abandonar a sala de aula, ou seja, estimular os alunos a serem comprometidos com a aprendizagem dessas pessoas, adequando métodos incessantemente, cada vez mais relacionados à realidade do público que estão trabalhando, inserindo no currículo a realidade do aluno.

Neste capítulo será apresentado alguns percursos necessários para obter práticas pedagógicas para o estudante com Síndrome de Down e refletir sobre o que é uma escola inclusiva. Hoje em dia, infelizmente, ainda é corriqueira a falta de ação e posicionamento frente às necessidades educacionais especiais e, principalmente, a negação em reexaminar a opinião sobre a possibilidade de conhecer e aprender as características desse processo de inclusão, pois é conhecendo e compartilhando que se aprende. Nesse percurso acontecerão falhas, não com objetivo de prejudicar, mas de respeitar as diferenças e, conseqüentemente, melhorar a condição de vida de cada educando com SD. Discutiremos, ainda, sobre qual o papel dos gestores na inclusão das pessoas com NEE, tendo com foco a criança com SD, e o Projeto Político pedagógico (PPP) como ferramenta importante para evolução educacional para esses alunos com necessidades educacionais especiais.

Trata-se também de uma exposição acerca do processo da aprendizagem da criança com SD, nesse pressuposto, o desenvolvimento cognitivo dos estudantes com SD estão vinculados com os familiares, ambiente escolar, os professores do ensino comum como também do Atendimento educacional especializado (AEE), junto com propostas que tragam motivação, práticas pedagógicas educacionais

diferentes e adequadas para todas as crianças com suas necessidades educacionais especiais e a analisar a importância dos pais que podem, e devem, ser uma ferramenta essencial para o desenvolvimento escolar dos alunos com SD e como a sua não participação nesse processo de inclusão pode causar estagnação. São essenciais porque os pais podem buscar conhecer os direitos legais sobre o que é uma educação inclusiva, podem contribuir na construção da aprendizagem do mesmo, exigir que escola faça seu papel na educação escolar dos seus filhos. Vale ressaltar que o papel da família não se resume ao acompanhamento ou a conhecer os direitos no processo de inclusão educacional e, consequentemente, social dos alunos com SD, mas perpassa outras questões que vão desde estar junto em cada evolução, até o incentivo, diálogo e o afeto. Os mesmos devem acreditar na potencialidade de cada educando(a), do contrário a falta de apoio dos pais que entregam ao núcleo escolar a total responsabilidade pelo cuidado e evolução dos seus filhos(as) com SD e não se preocupam como a evolução da criança no processo educacional, emocional e social causam um retrocesso na inclusão do mesmo. Caso contrário ficará difícil essa educação inclusiva, a presença dos familiares é importantíssima para impulsionar o desenvolvimento educacional das crianças com SD e da qualificação do docente nesse processo de uma prática pedagógica inclusiva, os professores têm importante missão nesse processo de educação inclusiva, os mesmos precisam buscar trabalhar práticas pedagógicas que possibilite os alunos com SD a acompanhar aquisição dos conteúdos, como um(a) mediador(a) que conhece a potencialidade, limitações e possibilidades de aprendizagem do mesmo nesse processo inclusivo.

3.1. Inclusão Escolar

Para se pensar em uma prática pedagógica inclusiva na escola se faz necessário compreender o que é uma inclusão escolar, verificar todo o contexto sobre o que é uma prática pedagógica inclusiva e como se desenvolve essa prática com o(a) aluno(a) com deficiência. Os gestores, pais, alunos e professores encaram vários desafios no seu cotidiano escolar, um dele é a inclusão junto com o processo do ensino .

Inclusão escolar é transformar um ambiente com estrutura e metodologias que possibilitem de maneira objetiva contribuir com a socialização e o

desenvolvimento cognitivo, social e emocional de todos os alunos. A escola conhece o que é uma educação inclusiva e suas práticas, mas por vários motivos não se sentem preparadas para trabalhar com as diversidades. Nesse contexto, Rodrigues (2013, p. 50) ressalta que, “as diferenças entraram pela porta da frente e desestabilizaram as ações pedagógicas que, na maioria das vezes, ainda almejam a homogeneidade.”, ou seja, na maioria das organizações escolares não estão preparadas para se trabalhar a diversidade, seja ela cultural, social e principalmente no contexto das diferenças sensoriais, físicas e intelectuais. Uma educação inclusiva ela não contribui só para as crianças com deficiência, ela abrange todos os envolvidos, possibilitando ao sujeito um conhecimento importante que o fará ser o autor da sua própria história. Dessa maneira essa inclusão dos estudantes com SD é fundamental para motivar a criança a desenvolver suas habilidades e ultrapassar as dificuldades.

Nessa linha de pensamento, Rodrigues(2015, p. 14) discorre que,

A escola precisa começa a atender aquele aluno que não é o ideal. Os alunos e os professores não podem ser reféns de um currículo mal organizado e incoerente, que não abre espaço para o talento das crianças, e quem não acompanha o conteúdo está fadado à exclusão e ao fracasso.

A escola tem o objetivo da formação do sujeito social e profissional, é um ambiente que vem carregado de conhecimento teórico, metodologias que têm uma ligação com papel social e metas impostos pela sociedade. Como conceito humano, a educação vem carregada de cultura, que tem em si conceitos ideológicos. Ela nos permite saber sobre nós, a sociedade, direitos e o mundo em geral. A escola não tem função só de ensinar, mas também de adequar os currículos para que todos possam ter a possibilidade e direitos há uma aprendizagem igualitária. A educação que transforma a desigualdade em conhecimentos preciosos, quando valorizamos o sujeito social e de sua prática sociocultural, lembrando que cada um possui seu próprio conhecimento, demonstrando esse saber de diferentes formas

A inclusão escolar é processo que requer um apoio abrangente, começando desde o poder público, todo o núcleo escolar, assim como os pais, tem um importante papel como colaborador no desenvolvimento das atividades acadêmicas e nas decisões da mesma. Ter uma educação inclusiva requer comprometimento não só dos professores, mas de todos envolvidos no contexto, deve-se respeitar os saberes, promover e construir a igualdade e respeitar acima de tudo a realidade

cognitiva, social, emotiva e as diferenças de cada educando(a). Nessa perspectiva, Maia e Dias (2015, p. 200) defendem que:

[...] educação inclusiva de forma a buscar o desenvolvimento de uma educação com a participação de todos que envolva as capacidades cognitivas, afetivas e sociais, ou seja, uma educação que desenvolva as diversas capacidades de todos os indivíduos de modo que sua formação possibilite refletir sobre tais contradições.

Para alcançar uma verdadeira inclusão escolar e avançar no desenvolvimento cognitivo, social e pessoal de qualquer indivíduo, sejam crianças, adolescentes, jovens, adultos ou pessoas com necessidades educacionais especiais é necessário que seja um trabalho conjunto em que sejam respeitadas em suas especificidades e valorizadas as potencialidades e conquistas, comparando os alunos consigo mesmo, respeitando o espaço e conhecendo o seu ambiente, limitações e cotidiano, possibilitando espaço para que a inclusão aconteça.

Rodrigues (2013, p. 51) também ressalta que “[...] a Educação Inclusiva entende as diferenças como resultado da multiplicidade, da capacidade de cada um ser diferente e único”, ou seja, não deve haver etnocentrismo, tem que ver o outro a partir da cultura dele, não da nossa, visando uma prática educacional para despertar o interesse a curiosidade do educando, cada um com suas habilidades e limitações, permite a estes um aumento significativo da sua autoestima e das suas atitudes em face de si mesmos.

Rodrigues (2013) afirma, quando se cria leis que possibilitam pessoas com deficiências a terem direito ao ensino comum, em grande parte das escolas deparamo-nos com a total falta de estrutura física, como também a falta de conhecimentos dos professores, tanto relacionados aos aspectos psicológicos, como didáticos para acolher e incluir o mesmo no processo educacional, na maioria das vezes não se tem metodologias, projetos e estratégias adequados aos alunos com necessidades especiais.

A instituição escolar há diferentes tipos de alunos no processo da aquisição da aprendizagem. Rodrigues (2015, p. 13) prescreve sobre a inclusão.

É construída a partir da interiorização, da aceitação, da ação colaborativa e da convivência com as diferenças. É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, partilhando e acolhendo todas as pessoas sem exceção. Inclusão no respeito à

diversidade para inclusão das minorias: dos (a) deficientes, dos (as) meninos (as) de rua, [...].

Para buscar entender as dificuldades da inclusão escolar, devemos começar por currículos e atividades não adaptados, a falta de sala de recursos multifuncionais, planejamentos pedagógicos que não incluem as necessidades educacionais da criança com SD e, por fim, um Projeto Político Pedagógico que são voltados e formulados para ser ter uma escola inclusiva. O professor, tendo um ambiente educacional que incentiva trabalhar com planejamento que busca incluir os alunos com suas necessidades especiais, respeitando suas limitações e criando alternativa para facilitar aprendizagem, quando o PPP da escola foi elaborado no sentido de uma educação inclusiva e começarem a usar essas estratégias a favor do processo de inclusão escolar, terá, então, um ensino inclusivo.

Compreende-se que para haver a inclusão escolar se faz necessário conhecer os alunos com deficiências, o preconceito é causado pela falta de conhecimento, quem conhece não discrimina. A não aceitação a diferença está enraizado na gente através do medo, então quando passamos a conviver e conhecer não existe diferença, cria-se possibilidade para inclui-los, indagar a realidade de cada educando e incentivar no processo da aprendizagem. Não são apenas os professores que possuem o conhecimento, é uma construção de saberes, o conhecimento não se aprende só, mas é adquirido com o outro, e é essa troca que faz uma educação inclusiva na qual se aprende ensinando. O saber surge e circula através da observação, aprende com outro quando está vivendo com outro, enquanto há essa relação de um para outro a educação acontece. Nessa mesma linha de pensamento Brandão (1982, p.161) dicorre, “Um canta, o outro olha, aprende”, ou seja, enquanto há essa relação de um para o outro a aprendizagem acontece, não é diferente na educação escolar. Ou seja, não só na sala de aula que se adquirirem conhecimentos, mas em todo o espaço escolar, dentro e fora, as crianças aprendem a se relacionar com o ambiente social e natural, as mesmas vão evoluindo em relação a sua autonomia.

Maia e Dias (2015, p.202), relatam que “[...] apoiar a educação inclusiva não significa defender uma participação e atenção exclusivas apenas aos alunos com deficiências; [...]”, ou seja, a educação inclusiva não é uma nova temática, ela deve ser compreendida e reconhecida como um direito de todos. É uma educação justa e

igualitária, buscar uma igualdade e a democratização através da possibilidade de estudo de todo para todos, não basta que as diferenças cognitivas, sociais, físicas, motoras entre outras tenham espaço no ambiente escolar, mas que se busque uma educação inclusiva, sem o processo de subordinação social, cultural, econômico ou de necessidades especiais, que se faça através do diálogo que alcance todos os surgimentos, que seja uma prática pedagógica dentro desse contexto, para que se saibam trabalhar com a diferença que existe no nosso meio, que na grande maioria não são vistas e valorizadas.

A inclusão escolar e o desenvolvimento cognitivo de uma criança com SD devem ser compreendidos e estimulados, não deve, de maneira alguma, ser isolado ou diferente, não só na sala de aula que se adquirirem conhecimentos, mas em todo o espaço escolar, dentro e fora, as crianças com SD ou não aprendem a se relacionar com o ambiente social e natural, as mesmas vão evoluindo em relação a sua autonomia, conseqüentemente a inclusão e as práticas pedagógicas deve ser adaptadas às necessidades, ou seja, respeitar como qualquer outra criança o seu tempo na aquisição do conhecimento. Uma metodologia que estimule o aluno com SD como líder, crítico, com autonomia e participativo nos problemas emergente da escola e da comunidade, levando o estudante a situar-se no mundo ampliando sua visão de conhecimento possibilitando a liberdade de expressão.

Rodrigues (2013, p.52) discorre:

Essas mudanças envolvem o movimento de aceitar os (as) educandos (as) como eles (as) são, com suas características e necessidades educacionais, buscando ao mesmo tempo projetar, ajustar e desenvolver ações de forma a atendê-los (as) em suas especificidades.

A educação sempre foi uma arma poderosa da sociedade. Nos dias atuais, vemos várias inovações na área educacional ao redor do mundo, mas no nosso país a forma tradicional ainda é a que prevalece, esse tipo de ensino vem falhando na questão inclusão, mesmo no Brasil tendo uma diversidade tão notória. Ou seja, ajuda a criança com SD ou não a desenvolver suas potencialidades, a conhecer as limitações e superá-las e contribuí para que elas junto das outras crianças aprendam a conviver e respeitar a diversidades com também a favorecer para a diminuição de preconceitos e auxiliar na aprendizagem de todos os envolvidos nesse processo educacional, que melhoram as habilidades sociais, levantam a autoestima de alunos com SD ou não, como todos os envolvidos nesse processo educacional de inclusão

escolar, melhoram os resultados na aprendizagem e restabelecem valores sociais como respeito, aceitação das diferenças, cooperação, solidariedade.

A seguir tentaremos compreender qual o papel dos gestores escolares para alcançar uma escola inclusiva e como uma gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico (PPP) pode ser uma chave para essa educação inclusiva.

3.2. O papel do(a) gestor(a) escolar frente ao processo da inclusão a criança com Síndrome de Down

O autor Honorato (2012, p. 5) fala que gestor (a) escolar, “[...] reveste-se de toda a responsabilidade na gestão da organização-escola.” Os Gestores escolares têm um papel fundamental em uma organização escolar, a intervenção de uma estratégia que promova uma integração e socialização da comunidade escolar e a comunidade social é importantíssima para realizar um processo de cunho democrático e construtivo com intuito primeiro de tornar real e significativa a inserção da comunidade escolar, visando sobre tudo, um espaço educacional inclusivo e mais democrático.

Segundo Rodrigues (2013, p. 54), “É o momento de a escola conhecer seus profissionais, pais e alunos (as), dimensionar suas prioridades e direcionar ações que possam atender suas necessidades.” Ou seja, a escola deve ser um ambiente propício para melhoria e elevação da qualidade da educação aos alunos com SD, os gestores têm um papel importante e difícil, requerem estratégias e habilidades para solucionar os problemas emergentes do cotidiano escolar, os mesmos devem buscar um contato cada vez mais intensivo e constante com os professores, alunos com SD e as famílias. Aplicar ações que envolvam toda comunidade escolar para desenvolver uma boa prática pedagógica inclusiva, visando melhorar o processo da aprendizagem do educando com Síndrome de Down.

Como diz a Constituição Federal de 1988, no inciso I, do artigo 206 que garante acesso, permanência dos alunos na escola com igualdade de educação. A lei garante a inclusão escolar para todos os indivíduos com deficiência ou não, sejam nas escolas públicas ou privadas, mas nem todas estão organizadas para oferecer acessibilidade para todos os estudantes. Na teoria são muitos os direitos a uma educação inclusiva, mas na prática, falta estrutura, profissionais qualificados, currículos que englobam as diferenças, metodologia e atividades que trabalhem para

uma escola inclusiva. Os diretores escolares, tendo essa visão de uma escola inclusiva e democrática e, conseqüentemente, promovem a integração da escola com a comunidade, sempre visando à formação dos alunos com deficiências ou não. Proporcionando condições para que o aluno seja conhecedor dos seus direitos e deveres, com a capacidade de se posicionar criticamente perante a sociedade em que vive.

O ponto chave de uma boa gestão inclusiva é a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP). Falkembach (2009, p. 140) ressalta que o PPP é “capaz de recuperar ou construir a identidade da escola e dos sujeitos pode estruturar-se num planejamento participativo e sugere que educadores e educandos, pais e mães precisam trabalhar juntos.” Ou seja, o PPP de uma escola deve ser democrático, favorecendo o diálogo, a participação de todos, e o interesse pela busca de novos meios de educação inclusiva, e busca conhecimento que conseqüentemente possam restaurar a identidade de uma escola e contribuir para desenvolvimento da mesma, desde que não fique só no papel, mas que o mesmo seja colocado em prática.

Segundo Rodrigues (2013, P.54),

O Projeto Político Pedagógico a profissionais que desconhecem a realidade institucional. O resultado é um documento vazio de demandas e desejos reais. É preciso considerar que investir na construção de um novo caminho para a escola significa o momento de a instituição avaliar a escola que é, e a escola que pretende ser, uma escola reelaborada por todos(as).

Sabe-se que o PPP é a identidade da escola e que para ser elaborado é necessária a participação democrática e solidaria de todos os envolvidos no processo educacional. E levando em conta o pensamento de Freire a escola deve construir seu PPP alicerçado nas realidades existentes da comunidade estudantil. E que a educação venha cumprir com seu papel de valorização da cultura do educando situando-o no mundo ampliando sua visão de conhecimento, possibilitando a liberdade de expressão, combatendo qualquer tipo de exclusão e discriminação.

Está na direção de uma escola para muitos um ato de coragem, não é uma tarefa fácil, o diretor precisa ter a habilidade de integrar e motivar toda a equipe para assim garantir o êxito planejado. A partir do momento que uma pessoa resolve

assumir a direção de uma escola, sabe desde o princípio que não será uma tarefa fácil, principalmente na sociedade que vivermos além da desvalorização do profissional, o gestor irá encontrar vários desafios como: a educação inclusiva, essa muitas vezes sem nenhuma estrutura adequada para mesma, professores sem qualificações para uma educação inclusiva, a faltas de materiais, violência, evasão escolar, falta de participação dos pais, enfim tantos fatores que atrapalharão o seu exercício profissional.

O gestor educacional precisa ser ativo, buscar uma liderança, aonde todos têm vez e voz talvez esse seja o segredo do sucesso e destaque no seu local de trabalho. O bom líder é aquele que sabe respeitar os seus liderados, e buscar motivar o mesmo. A motivação surge do desejo de mudar a realidade da profissão docente, da forma como a sociedade encara a mesma. Muitas experiências negativas devem também ser consideradas, exemplos a não se repetir, e sim buscar meios colaborativos para o desenvolvimento desta, numa perspectiva de evolução tanto do ambiente de trabalho, como dos métodos utilizados para a instituição e conscientização de que, os obstáculos são necessários para obter mais na frente o sucesso almejado, e ter em mente a realidade e que vivenciam, não com o olhar de frustração, mas com o objetivo da busca do novo e da melhoria de suas condições.

Os diretores encaram vários desafios no seu cotidiano escolar, mas quando se tem uma liderança cooperativa onde todos trocam experiências, conhecimentos e discutem soluções para resoluções dos problemas emergentes de uma escola inclusiva, e o gestor busca trazer para os seus liderados motivação e confiança, os desafios será logo superado e junto com os docentes tem um papel importante, a de integrar a escola inclusiva com a comunidade, ou seja, a escola deve estar aberta a comunidade, de forma a dialogar com mesma, dando espaço para as famílias nas decisões da escola. Quando os pais sentirem parte da escola, o gestor conseguirá junto aos professores uma educação eficaz para os seus alunos com SD ou não, os pais precisam acompanhar o desempenho do seu filho na escola, essa aliança entre a família e a escola é importantíssima e desafiadora para uma gestão escolar.

Os gestores devem estar atento às transformações da sociedade, a escola reflete as mudanças da atualidade e, além disso, deve sempre está pronta para enfrentar as exigências desse mundo moderno, diversificados e cheios de novas tecnologias. Entendo que a educação de qualidade não depende só da gestão escolar como também do órgão públicos e todos os envolvidos, é um processo que

deve ser compartilhado entre gestores, professores e também agentes internos com a participação dos demais servidores da escola como vigia, merendeira e alunos. O papel da direção escolar é uma tarefa complexa e difícil, a mesma precisa estar atenta a tudo, e a todos, desde os problemas burocráticos até ao diálogo com professor, alunos, vigias, pais, como também resolvem conflitos, mantendo a ordem no espaço escolar.

Para conseguir uma inclusão para os alunos com SD, o (a) gestor (a) deve ser aliado dos professores, da comunidade escolar e comunidade social, levando-o a descobrirem novas formas de socialização e aprendizagem inclusiva. O papel do diretor é bastante complexo, o mesmo deve buscar estratégias que possibilite traçar metas e objetivo para o bom funcionamento da escola inclusiva, buscando também uma liderança justa e democrática.

Segundo Vitor Paro (2008, p. 25),

A democracia, enquanto valor universal e prática de colaboração recíproca entre grupos e pessoas, é um processo globalizante que, tendencialmente, deve envolver cada indivíduo, na plenitude de sua personalidade. Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la. A prática de nossas escolas está muito longe de atender ao requisito implícito nesta premissa. Dificilmente teremos um professor relacionando-se de forma consequente num processo de participação democrático da comunidade na escola se sua relação com os alunos em sala de aula continua autoritária.

A gestão democrática escolar não é aquela em que a direção tem o papel decisivo nas tomadas de decisões, mas é uma organização na qual todos têm uma função participativa e importante no sistema educacional e, conseqüentemente, nas resoluções dos problemas emergentes, como também nas conquistas da mesma, por isso é necessário um convívio e a participação de todo o núcleo escolar, desde o interno como externo buscando uma construção de conhecimento, através da troca de experiências e saberes é que alcançamos a verdadeira democracia dentro da escola. Desconstruir a ideia tradicional e conservadora, que vê o(a) professor(a) como detentor do saber e o livro como única fonte de conhecimento, os educadores devem ser aliados dos alunos, levando-os a descobrirem novas formas de aprendizagem, auxiliando-os em suas limitações e dificuldades, favorecendo o diálogo, a participação de todos os envolvidos nesse processo educacional.

Entra aí o planejamento participativo, segundo Teixeira (2003,p. 6) “o diretor da escola é o principal articulador dos interesses e motivações dos diversos grupos envolvidos com a escola”, ou seja, o mesmo tem a função de junto com docentes e demais funcionários, buscar uma gestão escolar inclusiva e participativa nos processos decisivos da instituição de ensino. Como a escola pode trabalhar nesse contexto participativo? Na elaboração dos projetos da escola e principalmente na criação do PPP tendo total participação no processo de elaboração do projeto, criando com isso uma nova identidade da escola inclusiva, mais justa e crítica.

A escola inclusiva só acontece quando deixa de lado o tradicionalismo, buscando um trabalho mais democrático, fazendo com que o papel do professor seja de aliado do aluno com suas necessidades especiais, levando-o a descobrir novas formas de conhecimento, auxiliando-o em suas dificuldades e incentivando cada educando ao trabalho em grupo, tendo total participação junto ao mesmo no processo de aprendizagem, favorecendo o diálogo, a participação de todos e o interesse pela busca de novos meios de aprendizagem, cada aluno tem seu tempo certo na aquisição da aprendizagem, ou seja, não só na sala de aula que se adquirem conhecimentos, mas em todo o espaço escolar dentro e fora as crianças aprendem a se relacionar com o ambiente social e natural, as mesmas vão evoluindo em relação a sua autonomia, levando o estudante a situar-se no mundo, ampliando sua visão de conhecimento, possibilitando a liberdade de expressão. Para que isso ocorra não deve ser feita de maneira acelerada.

Ser gestor exige dedicação, responsabilidade, liderança e principalmente saber ouvir, respeitar e buscar a autonomia dos seus liderados, não se faz uma gestão escolar inclusiva sozinho, mas com todos envolvidos. A equipe gestora deve ser democrática em suas ações, opinar e propor medidas que visem o aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas, ao sucesso de sua instituição, além de exercer sua liderança administrativa e pedagógica, visando à valorização e o desenvolvimento de todos na escola.

3.3. Aprendizagem dos estudantes com Síndrome de Down

Nos últimos tempos vem sendo debatido a importância de uma educação inclusiva. As crianças com Síndrome de Down fazem parte desse quadro de

peessoas com deficiências, quando os mesmos saem de um núcleo especial para o ensino regular deve-se busca uma integração da comunidade escolar e que a mesma busque trabalhar todo o contexto escolar. Para que essa inclusão aconteça é necessário conhecer a adequar-se ao aluno com SD.

Um dos objetivos da educação é o de formar o sujeito em diferentes âmbitos: social, sociocultural, econômico, entre outras funções. Entende-se que o ser humano vem carregado de cultura diversificada e diferentes conhecimentos e necessidades. O desenvolvimento da criança com SD é bastante semelhante com as demais crianças, apesar das diferenças umas das outras. As crianças com SD têm condição plena para aprender.

Segundo Wu (2007, p.10) “O seu desenvolvimento motor ocorre de forma mais lenta do que o das outras crianças, levando mais tempo para engatinhar, sentar-se e andar.” O desenvolvimento físico e mental da criança com SD é diferente da criança sem SD, pois o mesmo é mais lento.

Bissoto (2005) ressalta que a uma das ferramentas importante para trabalhar na aprendizagem da criança com SD seria uso de recursos visuais, essa metodologia auxiliaria no desenvolvimento da linguagem da mesma. Portanto, o desenvolvimento da criança com SD precisa ter seu tempo respeitado, é necessário observa as potencialidade e dificuldades de cada uma. O que a difere das outras crianças é o atraso do desenvolvimento. Rodrigues (2015, p. 51) menciona que:

O atendimento a essas crianças tem como objetivo desenvolver as áreas motoras, cognitiva, social, de comunicação, sensório-perceptiva e de aquisição de hábitos de vida diária. As atividades devem ser bem planejadas, diversificadas, realizadas de forma sistemáticas, mas, ao mesmo tempo, naturais e prazerosas para a criança, com a importância de serem aplicadas em um ambiente onde possam oferecer estímulos, porém sem excesso para não desviar a atenção da criança nas atividades, de forma que sejam repetidas pelos familiares.

A Aprendizagem Cooperativa, com seus jogos e atividades, é uma ótima opção para ser usada em sala de aula nos momentos em que a inclusão necessite ser reforçada, uma vez que propõe atividades para todos, incluindo todas as diferenças, os mais hábeis e menos hábeis, os mais rápidos e não tão rápidos, os com alto rendimento e com menor rendimento, todos são aceitos e importantes,

tanto nas atividades de jogos cooperativos, quanto nas atividades de aprendizagem cooperativa.

Deve-se procurar entender a situação da criança com SD para ajudá-la e não limitá-la. Buscando um meio de inseri-la nas atividades escolares, passando a respeitar o tempo de aprendizagem do aluno com SD e ajudando a interagir com os colegas para que obtenha um resultado necessário e eficaz diante do processo da aprendizagem. As dificuldades encontradas devem ser superadas e a busca deve ser de forma prazerosa a fim de não só solucionar o problema enfrentado do aluno com SD, mas fazer com que a turma contribua para aprendizado do mesmo. Os professores devem criar métodos para incluir o aluno com SD nas atividades de sala. Quando o aluno é realmente entendido ele se permite aprender, participar das atividades.

Rodrigues (2015, p. 52) discorre que “uma das maiores dificuldades da criança com síndrome de Down é aquisição da escrita.” Voltando para a alfabetização, nos primórdios, surge a partir da escrita, que servia para registro, contagem, anotações de trocos e vendas, exposição de produto negociada; no início escrito em pedras, madeiras ou paredes de cavernas. Alfabetização surgiu com o objetivo de codificar e decodificar muitas atividades diárias e passadas de geração em geração. A tradição e popularização da leitura se deram na sociedade em que havia homens que possuíam rebanhos e domesticavam animais. No decorrer da história, a escrita foi se modificando e se tornando sistemas gráficos para diversas línguas existentes. Os primeiros traços da escrita foram encontrados no Iraque. A nossa história só começa a partir do domínio da escrita, antes disso era pré-história. Alfabetização apresenta três ações: fala, leitura e escrita.

Diferenciando a Alfabetização do Letramento, Alfabetização é a Decodificação, compreensão e interpretação dos códigos. Já o Letramento é a compreensão do símbolo, do significado deste, mas não o decodificar. É o domínio da forma concreta e não da abstrata.

Rodrigues (2015) enfatiza que para o aluno com SD deve ter uma atenção maior tanto dos professores como dos pais, pois o mesmo possui dificuldades para decorar e aprender, compreender e decodificar as letras. O papel do professor passaria a ser de aliado do aluno com SD, levando-o a descobrir novas formas de conhecimento, auxiliando-o em suas dificuldades e incentivando o aluno ao trabalho em grupo, tendo total participação junto ao aluno no processo de aprendizagem,

favorecendo o diálogo, a participação de todos e o interesse pela busca de novos meios de informação e busca do conhecimento, construindo esses laços entre educador e educando cria-se possibilidades de um processo educacional menos problemáticos para ambas as partes.

É importante que o indivíduo se perceba como participante no processo educacional, é que quanto mais se leva o educando com SD a atingir níveis mais complexos de raciocínio, maior grau de autonomia e participação ele consegue. Um sujeito que sabe avaliar e participar na construção do seu saber, certamente está muito mais preparado, em termos de aprendizagem, do que um aluno que apenas desenvolve uma tarefa sem julgá-la. Ser incluído nesse ambiente escolar é de fundamental importância para o seu desenvolvimento.

Todo ser humano constrói seus conhecimentos a partir de uma realidade que faz parte do seu próprio ser. Daí surge a importância da participação dos pais e de um atendimento especializado na sala de recurso, para ajudar os alunos com SD no processo da inclusão e de seu desenvolvimento educacional, sempre os tratando como uma criança com capacidade de aprender e desenvolver plenamente como qualquer outra criança, fazendo adaptações no que seja necessário para o seu pleno desenvolvimento intelectual, social e pessoal.

3.4. Avaliação

A perspectiva histórica do saber avaliar, de que forma avaliar e para quê avaliar e sua contribuição para o desenvolvimento do indivíduo, vem desde o início no processo civilizatório. Ao longo do tempo, alguns educadores buscaram perspectivas e maneiras diferentes para o processo avaliativo, todavia não conseguiram êxito no ensino tradicional, pois o mesmo propõe uma metodologia excludente de avaliação.

A relação entre educador e educando em sala de aula encontra-se em constante mudança. É uma relação que o mundo moderno traz com sua nova maneira de encarar o universo da educação, essas transformações dar-se-ão com o ensino inclusivo, as novas tecnologias, a pluralidade cultural, social entre outros. Encontra-se, nessa nova perspectiva, um indivíduo aberto ao questionamento e tendo o professor como mediador na aquisição e construção do saber. O processo

avaliativo é essencial nessa jornada, mas o mesmo tem que ser feito de forma com que todos possam estar preparados para enfrentá-lo e cabe ao docente entender as dificuldades de cada aluno, seja com necessidade educacional especial ou não. A educação surge do desejo de mudar a realidade, da forma como a sociedade encara a mesma.

Rodrigues (2013, p.58) afirma que:

A avaliação tem, então, como foco não só o (a) educando (a), mas também as outras dimensões constitutivas do mundo do sujeito: a escola e a família. É uma visão que considera também o contexto em que acontece a aprendizagem.

A avaliação não está apenas no ambiente educacional, a história nos mostra que a mesma está relacionada ou faz parte do dia a dia do indivíduo. Não da forma que é imposto no ambiente escolar, mas quando avaliamos as decisões, desejos, entre outros. Desta maneira, a participação do professor enquanto mediador é crucial. Visto que os alunos com deficiências, ou não, constroem seus conhecimentos em virtude de suas vivências, experiências e observações, além de estímulos que o educador pode despertar. O educador deve levar uma avaliação como reflexão sobre o desenvolvimento do educando, criando um desafio que possibilite a aprendizagem do mesmo. Esse processo em sala de aula não depende apenas da ação apenas dos professores, é um processo que deve ser compartilhado entre educador e educando, ambos voltados para construção do conhecimento.

Os professores possuem muita dificuldade na hora de avaliar os alunos, pois o tempo é seu inimigo, são obrigados a cumprir o currículo, consequentemente eles tentam acelerar aprendizagem dos estudantes e os mesmos, muitas vezes, não conseguem aprender no tempo exigido. Para uma educação inclusiva isso não funciona, pois cada aluno tem seu tempo certo na aquisição da aprendizagem.

3.5. A Integração dos Pais na Aprendizagem

Para um bom desenvolvimento da criança com Síndrome de Down na escola, é necessário que os pais, desde o começo, sejam participativos e auxiliem na

evolução, tanto pessoal como na educação escolar de seu filho. A respeito da questão Rodrigues diz que:

Tudo começa em casa interagindo com a família, desenvolvendo como os demais. Quando nasce uma criança com esta síndrome, é interessante que se orientem as pessoas com as quais a criança vai conviver. (RODRIGUES, 2015, p. 43)

O professor organiza situações funcionais e significativas para estimular e facilitar a aprendizagem. O professor é um constante pesquisador que organiza atividades, observa, testa seu referencial teórico na sala de aula, observa o processo de construção de pensamento do aluno, já a família precisa buscar meios para conhecer o que é a síndrome de Down e como ajudar a criança com SD no processo evolutivo educacional, social e pessoal. Para observar é necessário ter perguntas e duvidar de suas respostas, que deverão ser comprovadas ou negadas pela observação. Em outras palavras, a família precisa saber o que vai observar para poder direcionar o seu olhar para o que deve ser visto. Só assim a observação se constitui como sua ferramenta de conhecimento para auxiliar o seu filho alcançar uma aprendizagem adequada.

Para que esta nova realidade aconteça, é importante que a inclusão comece no lar de todos os pais e que os mesmos possam entender que os seus filhos têm capacidade pra desenvolver-se e aprender com mais facilidade, não só na escola ou na sala de recurso, mas também com seu auxílio. Segundo Rodrigues (2013, p. 59):

As mudanças no tipo de relação entre profissionais que atendem as crianças e adolescentes que apresentam deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e seus familiares, vêm ao encontro da necessidade de romper com a lógica do poder do conhecimento que acaba se concentrando nas mãos dos especialistas. Essa relação tem sido, historicamente falando, de dependência das famílias do saber dos profissionais em diferentes áreas do conhecimento.

A família tem o papel de estimular a aprendizagem e o desenvolvimento, a rotina e atenção dos pais propiciam ao estudante com SD desenvolver-se e aprender mais, tendo essa participação familiar na escola a aprendizagem será mais eficaz e tranquila.

A inclusão escolar para a criança com Síndrome de Down não é fácil, mas é possível. É importante que os pais não desanimem nas dificuldades que eles terão pela frente, visto que a partir do momento que a criança entra no universo escolar eles não só irão alfabetizar-se, mas terão a oportunidade de conhecer, socializar e ensinar para todos os docentes, colegas, enfim, todos aqueles que o cercam que ser diferente não significa ter que viver isolado, e sim que essas crianças com síndrome de Down, além de aprender, podem ensinar que o mundo é feito de diferenças e que é possível conviver com as mesmas.

A família tem um papel importante nessa trajetória, deve acreditar no potencial do seu filho (a) com SD e estimular, participar, dar segurança, amor e levar as crianças no contra turno para o atendimento na sala de recurso e, junto com os profissionais, auxiliando-as a tornarem-se menos dependentes e ganharem autonomia. A educação inclusiva é uma educação que busca respeitar e incluir as diversidades, realidades vividas, numa forma de não padronizar cada educando o que alteraria suas visões de mundo.

3.6. A Qualificação dos Docentes

Os docentes devem compreender que, para se trabalhar com a diferença, é necessário buscar se capacitar e encontrar métodos pedagógicos que sejam pensados criticamente e acessíveis aos alunos com SD. Rodrigues (2015, p. 14) discorre da seguinte maneira sobre essa questão: “Um professor precisa ser capacitado para ensinar os diferentes, e entendemos que ele não precisa ser especialista em deficiência [...]”. Ou seja, os professores precisam estar atentos e preocupados com a aprendizagem dos alunos, precisam saber respeitar os alunos serem atenciosos e comprometidos com a sua profissão, sendo sujeito principal de uma educação inclusiva, possibilitando aos educandos criarem espaços para construção da sua própria opinião, ou seja, a sua relação como o mundo social e sua própria formação do sujeito com seus valores, autonomia e críticos.

As metodologias utilizadas para os alunos com SD devem ser diversificadas de acordo com as dificuldades deles, isso não significa que os professores devem passar atividades fáceis, mas sim adaptar os conteúdos para que eles possam

aprender no tempo deles, pois os estudantes com SD já trazem sua bagagem de conhecimento. Compreendemos que a educação acontece em todos os lugares, não há um único modelo de educação, a educação não se encontra apenas no ambiente escolar, pois o processo educacional pode acontecer em diferentes ambientes como na zona rural, na zona urbana, tribos, enfim, em cada povo. Ela se encontra em todo lugar, não é só na escola que se aprende.

Todo educador sabe, hoje, que as práticas educativas ocorrem em muitos lugares, em muitas instâncias formais, não-formais, informais. Elas acontecem nas famílias, nos locais de trabalho, na cidade e na rua, nos meios de comunicação e, também, nas escolas. Não é possível mais afirmar que o trabalho pedagógico se reduz ao trabalho docente nas escolas. (LIBÂNEO e PIMENTA, 2002, p. 29).

Logo, considerando o que consta acima, os professores devem pautar as suas práticas pedagógicas no pressuposto de que o aluno já vem com os seus saberes e que esses conhecimentos precisam ser entendidos e aproveitados para o desenvolvimento cognitivo. Em uma aprendizagem inclusiva é necessária uma abordagem curricular que seja feita gradualmente, sistematizada, carinhosa, paciente de maneira lúdica através de momento e situação prazerosa e que os alunos com SD consigam encontrar na sala aula um espaço sem discriminação e que eles possam sentir-se acolhidos e respeitados com as suas potencialidades e dificuldades.

Uma das ferramentas importantes dos professores, além de práticas pedagógicas renovadoras para contribuir para um ensino inclusivo, seria um atendimento educacional especializado.

Segundo Rodrigues (2015, p. 14), o atendimento educacional especializado oferecido pela escola, paralelamente às aulas, ajuda a integração de todos os alunos, através de atividades dinâmicas e prazerosas, estimulando o envolvimento no processo de ensino e aprendizagem, para que, assim, se sintam capazes de aprenderem coisas novas, através de atividades diferentes e lúdicas, estimulando o aluno com SD a ser capaz de analisar sua situação de forma crítica e autônoma. O AEE é um instrumento que auxilia os educandos com SD a desenvolver as potencialidades, respeitando o tempo e a maneira de cada um, contribuindo para sua inclusão. Esse atendimento é uma metodologia que contribui para uma educação inclusiva, facilitando adaptação da criança com SD ao ensino comum.

A sala de recursos multifuncional precisa ter todos os equipamentos e recursos necessários, mas também é importante que tenham profissionais qualificados para trabalhar com esses alunos. Cabe, portanto, aos profissionais da sala de recurso e da sala regular buscar trabalhar em conjunto para conhecer e aprenderem métodos que auxiliem na aprendizagem dos alunos com SD.

Os professores plantam e regam as primeiras sementes na vida dos educandos. Compreende-se que existem várias barreiras para se enfrentar dentro da educação inclusiva e que realmente é preciso vencê-las para alcançar os objetivos de uma melhor educação. Os desafios são muitos. Problemas de ordem política, problemas relacionados à desvalorização dos docentes e a falta de entendimento de que é necessário investir pesado na formação desses profissionais e na formação daquelas pessoas como cidadãos para termos um país melhor e consciente de seus direitos e deveres.

Para ter inclusão é necessário que os professores estejam preparados e capacitados para prática em educação inclusiva, deixando de lado o pensamento que muitos ainda possuem de que os alunos com deficiências devem ficar separados das salas de aulas regulares. A escola não deve ser só inclusiva, mas também deve buscar através de órgãos profissionais o aprimoramento dos educadores para esses novos e importantes modelos educacionais.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esse capítulo discorre sobre os caminhos percorridos no processo de elaboração/execução de um projeto de pesquisa de campo com uma metodologia descritiva, de cunho qualitativa. Esse estudo tem base em delineamento transversal e exploratória em que a pesquisadora vai ao lugar escolhido para o estudo em questão. Gonsalves(2003) ressalta sobre a pesquisa de campo que se faz necessário ir diretamente à fonte, ou seja, com o indivíduo ou comunidade para obter os conhecimentos dos dados pesquisados. Autora também afirma que “[...] o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre para reunir um conjunto de informações a serem documentadas”(GONSALVES, 2003, p.27).

Segundo Ludke e André (1986, p. 17) a pesquisa qualitativa é o estudo de caso e discorrem que “o estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico.”.

No mesmo sentido, destaca-se que:

Os estudos de caso visam à descoberta. Mesmo que o investigado parta de alguns pressupostos teóricos iniciais, ele procurará se manter constantemente atendo a novos elementos que podem emergir como importantes durante o estudo. (LUDKE E ANDRÉ 1986 p. 18).

Para ter um estudo de caso se faz necessário que o (a) pesquisador (a) esteja sempre buscando informações da fonte e, conseqüentemente, do objeto de estudo, buscando novas informações no passo a passo da pesquisa. Segundo Ludke e André (1986), o estudo de caso possui um leque de informações variadas. Essas buscas de materiais já vistos no ambiente pesquisado são importantes para criar ideias, reformular ou reforça opiniões, Os autores também afirmam que “[...] à volta à literatura pertinente durante a coleta pode ajudar muito a análise” (LUDKE E ANDRE, 1986 p. 47).

Para desenvolver essa pesquisa foram feitas entrevistas com a gestora e a professora da escola, como também observação em sala de aula da criança com SD, mas, primeiramente, foi feito um levantamento bibliográfico, com objetivo de analisar os diversos autores que discutem e atuam na área de inclusão educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais, tendo o foco do estudo sobre crianças com síndrome de Down.

Desta forma compreende que:

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar a realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais (DUARTE, 2002, p.140).

Estando o levantamento bibliográfico concluído, foi feita a pesquisa de campo, tendo como objetivo conhecer e analisar o processo de inclusão de uma estudante com Síndrome de Down matriculada no ensino regular da escola municipal João Lins no município de São Miguel de Taipu / PB.

A referente pesquisa foi feita em cinco dias. Foi entregue termos de consentimento livre e esclarecido para gestora e professora a serem entrevistadas. As entrevistas foram feitas separadamente em um lugar tranquilo, a secretária da escola, com a permissão de ambas, as respostas das questões levantadas foram transcritas.

Por questões éticas, as participantes foram identificadas por letras e números, sendo a gestora (M1), a professora (A2) e aluna com SD (J3).

Para análise de dados, utilizou-se das ideias de Carvalho (2004), Fonseca (1987), Gil (2005), Libâneo (2003), Mills (2003), Rodrigues (2015) e Tardif (2004).

4.1. Local e sujeitos da pesquisa

O Universo da pesquisa foi composto por uma única escola pública, do município de São Miguel de Taipu – PB, a Escola Municipal João Lins Vieira. Essa instituição fica localizada na zona rural do município, funciona nos turnos manhã e tarde com a turma do pré-escolar ao 5º ano do Ensino Fundamental I, sendo que a turma de 1º e 2º ano; 3º e 4º funcionam no sistema multissérie, isto é, uma única professora para trabalhar com duas ou mais séries juntas. A instituição foi escolhida, pois atende uma criança com necessidade educativa especial (NEE) e por estar na mesma localidade onde a graduanda mora. A falta de apoio da prefeitura Municipal e os desafios enfrentados pela professora e gestora em lidar com a criança com SD em uma sala regular foi que motivou a escolha do tema da pesquisa. Outro motivo desse estudo foi o acolhimento afetivo que a aluna com SD recebe na escola apesar

da falta de recurso pedagógico e ambiente adequado para uma educação além do pouco conhecimento sobre o que é e como fazer uma educação inclusiva no núcleo escolar pesquisado.

As entrevistas e observações ocorreram no mês de setembro nos dias 24 a 28, na turma multisseriada do 3º a 4º ano no turno manhã. O número de alunos matriculados regulamente na turma em que a criança com SD estuda é de 14 alunos. Nos dias da observação estiveram presentes 10, no primeiro dia, 12 no segundo e 11 no último.

Abaixo, apresenta-se um quadro-síntese dos sujeitos da pesquisa.

CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS			
Idade/ocupação	Formação	Conhecimento para trabalhar com NEE	Dificuldades encontradas com educação inclusiva
Professora, A1 (30) anos. 4 anos de serviços na área educacional	Em processo de formação no curso de Pedagogia	Nenhuma formação nessa área, sendo primeira vez que ensina uma criança com necessidades educacionais especiais.	Possui pouco conhecimento em educação inclusiva
Diretora, M1 (49) anos. 6 anos na direção da escola João Lins	Ensino superior incompleto.	Nenhuma formação e pouco conhecimento sobre alunos com NEE	Falta de apoio da prefeitura, falta de materiais didáticos para trabalhar com a aluna com SD.
Aluna observada, J3. Participativa em todas as atividades propostas.	Estuda no terceiro ano no ensino fundamental no turno manhã.	---	A escola não possui material didático adequado

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2. Característica da escola

A escola observada foi a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental João Lins Vieira, localizada na zona rural do município de São Miguel de Taipu/PB, no sítio Corredor. A instituição é de pequeno porte, conta com um total geral de cinquenta e seis (56) estudantes matriculados, abrangendo os turnos da manhã e tarde, oferecendo da pré-escolar ao 5º ano do Ensino Fundamental I, funcionando as séries 1º ano e 2º; 3º e 4º no sistema multissérie, isto é, uma (1) professora para duas séries, porque a escola só tem duas (2) salas de aulas e poucos alunos para as turmas.

A Instituição tem quatro (4) professoras com ensino superior, sendo uma ainda em processo de formação; quatro (4) auxiliares, essas não possuem nenhuma formação superior; dois (2) vigias, uma diretora (1), seis (6) auxiliares de serviços gerais, duas (2) secretárias.

Quanto aos ambientes, esta possui duas (2) salas de aulas, uma (1) pequena sala de leitura, dois (2) banheiros, uma (1) secretaria, que funciona como diretoria, e um (1) pequeno pátio.

A Escola João Lins Vieira não tem o Projeto Político Pedagógico (PPP), pois, segundo a diretora, ainda vai elaborar. Sendo assim, não se sabe muito sobre a história da escola. Quanto à participação dos familiares dos alunos no ambiente escolar esse se dá por meios de reuniões e também através das festividades.

4.3. Município de São Miguel de Taipu-Paraíba

A cidade de São Miguel de Taipu / PB é um município com pouco mais de sete (7) mil habitantes no Estado da Paraíba, fundada no ano de 1962 localizado na Mesorregião da Mata paraibana. Tem limite, ao Norte com o município de Cruz do Espírito Santo, ao Leste com Juripiranga e Pilar. O município atualmente possui duas (2) escolas estaduais, uma localizada na zona urbana, no centro da cidade, e outra na zona rural na Fazenda Santa Lúcia, Sítio Café do Vento, S/N; uma (1) Creche municipal e ainda conta com o total de onze (11) escolas municipais englobando o urbano e o rural. A prefeitura fornece ônibus para levar os estudantes universitários para cidade de João Pessoa ou para fazer cursos técnicos de enfermagem ou cursos como pré-vestibular.

Percorre nessa cidade o Rio Paraíba, esse rio possui grande importância para município, pois o mesmo fornece água para consumo, irrigação e pesca. Os Samiguelenses possuem variadas ocupações como agricultura, comércio local, fora da cidade com trabalhos domésticos, construções, a prefeitura, entre outros. Muitos sobrevivem de aposentadorias e programas sociais como Bolsa família. A agricultura é o ponto forte da cidade como plantio do abacaxi. Entre algumas tradições está a festa da padroeira e a festa da colheita que já é tradição na zona rural.

4.4. Instrumento de coletas de dados

No primeiro momento, encaminhei-me à escola escolhida para pesquisa de campo, apresentei um termo de consentimento e livre esclarecimento para gestora e professora, explicando a seriedade da pesquisa, o porquê da escola ter sido escolhida e afirmando quanto ao sigilo da sua identidade.

Para coletar informações para a pesquisa, foi decidido usar como ferramenta entrevista com roteiro semiestruturado com perguntas abertas e fechadas (Apêndice A) e (Apêndice B), bem como observação da aluna com SD em sala de aula. Desta forma foi possível obter informações juntos a gestora e a educadora, como também observar um pouco a rotina escolar da criança com Síndrome de Down, pois através da mesma pude analisar a relação da professora e gestora junto à inclusão da estudante com Síndrome de Down.

4.5. Resultados e Discussões dos Dados

4.5.1. Análise de dados da Participante M1

A Escola Municipal João Lins Vieira, como todas as escolas com suas dificuldades e desafios diários, oferece um ambiente propício, na medida do possível, a educação dos alunos. Em relação à educação inclusiva está um pouco distante de ser ideal. Ao ser perguntado se a secretaria ou a prefeitura disponibiliza capacitação aos professores, ou se há na escola disponibilização de recursos didáticos, se ela recebia alguma orientação de como atender a aluna com SD, ou se

escola faz adaptações curriculares para atender a criança com SD, todas as respostas foram negativas.

Ao longo do tempo tem se debatido sobre o processo de uma Educação Especial dentro do ensino regular. Para ter de fato uma educação inclusiva à escola precisa ter ferramentas curriculares e espaço acessível e conhecimentos sobre o que é inclusão, de como fazer planejamentos educacionais que possibilitem aos professores atender a criança com deficiência. A escola deve ser um ambiente onde se contemple as necessidades da criança com SD, precisa ser um lugar adaptado para atender as suas verdadeiras necessidades. Seguindo essa mesma linha de pensamento Carvalho (2004, p.67), diz que:

[...] escola precisa ressignificar suas funções políticas, sociais e pedagógicas, adequando seus espaços físicos, melhorando as condições materiais de trabalho de todos os que nela atuam, estimulando neles a motivação, a atualização dos conhecimentos a capacidade crítica e reflexiva, enfim, aprimorando suas ações para garantir a aprendizagem e a participação de todos, em busca de atender às necessidades de qualquer aprendiz, sem discriminações [...].

A escola deve pensar em uma educação com mais qualidade, com profissionais qualificados, espaços adequados e metodologias de acordo com as necessidades educacionais de cada educando.

Nos depoimentos da M1 sobre o conceito de AEE e se o mesmo faz falta na escola, ela diz que AEE é “Atendimento especializado para o profissional promover condições e experiências” e afirma que o mesmo é importante “para um melhor atendimento”.

O que se pode perceber ao avaliar o conceito da gestora sobre o Atendimento Educacional Especializado é que ela tem pouco conhecimento sobre o que é o AEE e sua finalidade na inclusão de um estudante com deficiência, apesar de concordar que é importante a sua existência na escola.

Segundo Fonseca (1987, p. 23),

As escolas normais ou regulares devem aumentar as suas capacidades para identificarem e integrarem as crianças com Síndrome de Down. O sistema de ensino tem de dar lugar à qualidade de ensino. Os programas mais integrados e individualizados não são um luxo, são necessidades do movimento de integração.

Reconhecer o papel do AEE e seus objetivos tem grande relevância no trabalho com a criança com NEE. Não se pode inserir a criança com SD ao ensino regular sem a gestora ou educadores saberem o que é uma educação inclusiva, ou como a escola deve desenvolver os métodos educacionais e estruturais para se adaptar as reais necessidades da criança. Não há inclusão quando não se tem conhecimento do que é uma educação inclusiva, é necessário compreender o que os alunos com essas necessidades precisam para desenvolver as suas potencialidades e favorecer condições de aprendizado, do contrário o não atendimento adequado da criança com SD faz com que se sinta não pertencente ao grupo do qual convive, determinando seus relacionamentos sociais.

Gil (2005, p. 44) discorre que,

Educação Inclusiva pressupõe que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar ou não.

A escola deve buscar uma educação que priorize os alunos com suas necessidades individuais, buscando a inclusão e diminuição da exclusão e entender que, com deficiência ou não, tem que ser olhada, ouvida e acolhida com atenção e não com discriminação e separação, pois o mesmo é indivíduo com conhecimentos valiosos, capaz de aprender e passar conhecimento.

M1 compreende a Síndrome de Down como “Doença genética que causa atrasos de desenvolvimento intelectuais.” Percebe-se que M1 dá uma resposta generalizada. A Síndrome de Down é um tema que desperta curiosidade para se compreender o seu conceito. Rodrigues (2015, p. 26) discorre o seguinte sobre a criança com SD:

A síndrome de Down é mais frequente causa de deficiência mental de origem genética, associada a alterações cromossômicas em seres humanos. Afeta todas as etnias e ambos os sexos.

Ou seja, o sujeito com SD, ao contrário como muitos pensam, não tem uma doença, mas uma característica causada por uma alteração genética, Rodrigues (2015, p.41) ressalta também que, “[...] as pessoas com Síndrome de Down sejam reconhecidas não pelas suas crenças físicas, mais pela capacidade de desenvolver

suas potencialidades”, então essa condição não altera e nem atrapalha a pessoa com SD a aprender e se desenvolver normalmente. Sabe-se que a criança SD deve ser acompanhada desde o nascimento por profissionais, pois as mesmas estão ligadas a questões saúde que devem ser vistas e compreendidas. Nesse sentido segue trecho deveras importante:

As características clínicas da síndrome de Down são congênitas e incluem, principalmente: atraso de desenvolvimento neuropsicomotor, hipotonia muscular, baixa estatura, anomalias cardíacas, microcefalia, perfil achatado, olhos com fendas palpebrais oblíquas, orelhas pequenas com implantação baixa [...]. Pacientes adultos apresentam, frequentemente, alterações características da doença de Alzheimer. (RODRIGUES, 2015, p. 39).

Em relação sobre as dificuldades e facilidades para atender a estudante com SD, a gestora fala que “A facilidade é o bom relacionamento entre os profissionais e alunos para com a aluna, a dificuldade é falta de capacitações”. Mais uma vez M1 ressalta a falta de capacitação voltada para atendimentos com alunos com necessidades especiais.

Segundo Mills (2003, p. 253) “Atualmente, no ensino regular, a criança deve adequar-se à estrutura da escola para ser integrada com sucesso. [...]”. Infelizmente essa situação é corriqueira nas escolas regulares, a criança com SD não deve se adequar a escola, mas a escola deve se adequar a ela. E nessa ideia que se propõem na busca da sua própria identidade, incluir as diversidades existentes, numa forma de não padronizar cada sujeito, mas atender a necessidade de cada um em suas subjetividades.

Sobre a relação escola e família da criança com SD, M1 revela que “gostaria que a família fosse mais frequente tanto na vida estudantil quanto familiar mesmo”. Visando à participação da família não só em reuniões escolares, mas no cotidiano, do ambiente escolar, é importante fazer com que a família se sinta como parte da escola. Despertar nos pais a participação na vida escolar dos seus filhos é uma peça importante no desenvolvimento cognitivo da criança com SD. Não é só trazer os pais para a escola quando a aluna com SD tira notas baixas ou é indisciplinada, mas tentar fazer que os pais se sintam como parte da escola, tratá-los com respeito, exaltando as qualidades e a evolução da sua filha, ou seja, observar e compreender o comportamento para conhecer o indivíduo e para obter o respeito mútuo.

4.5.2. Análise de dado da participante A2

Anteriormente vimos que a escola não recebe nenhum suporte para atender os estudantes com deficiências, conseqüentemente, A2 ao ser questionada sobre os planejamentos, orientações ou informações, tanto da direção como dos pais, ou capacitações para ela atender a criança com SD, as respostas foram negativas. Ela diz que não há “nenhuma facilidade, pois na escola não tem material adequado para alunos especiais” e afirma se sentir incapacitada de atendê-la, tanto pela falta do material adequado como da falta de cursos de capacitação ofertados aos educadores.

Analizando essa resposta compreende que a professora enfatiza a questão da falta de material adequado, no caso a professora não possui meio para trabalhar na construção da aprendizagem da estudante com SD, a mesma é que cria meios diversificados para tal. Em relação a cursos preparatórios vale ressaltar que a escola deve buscar uma formação continuada para todos os professores, pois os mesmos necessitam aprimorar seus conhecimentos. Um (a) professor (a) que não busca ou não tem oportunidade de renovar os seus saberes não consegue ter êxito em sala de aula. O ambiente escolar muitas vezes é um espaço que não valoriza o sujeito, enquanto a sua prática sociocultural, e não criar um espaço para sua evolução social, cognitivo e cultural. Houve avanços, mas a caminhada para uma educação de todos para todos ainda não conseguimos.

Sobre as práticas pedagógicas para a criança com SD, ela ressalta o fato de elaborar atividades e de utilizar o lúdico em suas aulas para despertar interesse na aluna, afirmando que a aluna sempre participa de todas as atividades e demonstra estar satisfeita com o que lhe é oferecido. “Tento utilizar materiais diferenciados como: Tintas coloridas, livros de histórias, massa de modelar, entre outros”.

Rodrigues (2015, p.60) diz o seguinte:

“[...] faz necessário que o educador atente para as dificuldades de aprendizagem que esses alunos apresentam, para serem superadas mediante uma estruturação no planejamento das atividades, sendo direcionadas para o nível de aprendizagem em que se encontra o aluno.

A construção de um planejamento visa uma necessidade importante, visto que os alunos seguem uma rotina pré-estabelecida pelo planejamento, dando-lhes uma noção das atividades trabalhadas no dia. Considerada como um instrumento de dinamização da aprendizagem, facilitador das percepções sobre o tempo e o espaço. O planejamento deve ser flexível e é um instrumento que serve para organização de um plano de aula através de objetivos e metas. Planejar é buscar solucionar as dificuldades existentes na aprendizagem do educando no caso a professora busca seguir essa linha de pensamento.

Ao pensar em uma prática pedagógica para criança com SD é necessário conhecer a aluna, respeitar as suas especificidades e valorizar as suas conquistas e compreender que tudo o que foi planejado nem sempre pode ser alcançado, afinal cada educando tem o seu processo na aquisição do conhecimento.

Analisamos que A2 tenta utilizar os recursos didáticos adaptados, trabalha muito o lúdico, nas atividades que são desenvolvidas em sala de aula vai de acordo com nível da aprendizagem de J3, atividades em grupos em que A2 forma grupos e trabalha com a heterogeneidade das suas potencialidades, ou seja, juntando J3 com outras crianças mais habilidosas em determinados saberes, ela busca sempre renovar e adaptar o seu planejamento para auxiliar no processo educacional da aluna com SD.

Libâneo (2003, p.376) discorre que, “Os professores podem influenciar a organização da escola na definição de objetivos, na criação de uma cultura organizacional, na introdução de inovações e mudanças”. Ou seja, o (a) professor (a) tem um papel importantíssimo no ambiente escolar devem enxergar a profissão de uma forma positiva e enxergar além das dificuldades impostas e buscar motivação e meios colaborativos para o crescimento da instituição e, conseqüentemente, dos alunos ao qual está inserido, numa perspectiva de evolução tanto no ambiente de trabalho físico e em sala de aula, como na realidade que vivenciam, não com olhar de frustração, mas com o objetivo da busca do novo e da melhoria de suas condições, A2 tenta trazer isso para sala de aula.

Questionamos A2 sobre o conceito ou se faz falta para escola e qual a importância para ela do AEE, ela respondeu que “É um serviço da educação especial que organiza os recursos, para facilitar o trabalho com nossas crianças especiais, de acordo com suas necessidades.” e continua:

“O AEE, faz falta porque toda escola com crianças especiais necessita sim de um acompanhamento especializado. O AEE contribuiria, pois a criança teria um acompanhamento adequado para sua necessidade, trazendo assim, um desempenho ainda maior para o aluno especial.” (A2)

Nos últimos tempos diversos autores como Rodrigues (2015), Mantoan (2003) Silva e Carvalho (2017) e Thesing e Costas (2017), entre outros, vêm discutindo a grande importância de um atendimento educacional especializado (AEE). A sala de recurso multifuncional nunca deve ser entendida ou vista como uma substituição para o ensino regular. AEE vem para complementar e suplementar os conteúdos que professores dão em sala de aula, assim como utilizar técnicas e metodologias, uma pedagogia acessível, ou seja, transformar e adequar os materiais para cada aluno de acordo com a sua necessidade. A criança com SD precisa ter seu tempo de aprendizagem respeitado, os professores do ensino regular devem observar as potencialidades e dificuldades de cada uma.

O objetivo do AEE é fazer como que a criança com SD tenha a possibilidade de igualdade para participar e evoluir junto com as crianças do ensino regular. A sala de recurso é um instrumento importantíssimo de inclusão da criança SD, pois contribui para evolução educacional, emocional e social da criança com síndrome de Down.

4.5.3. Análise da observação das relações interpessoais da criança com SD

As observações tiveram como objetivo dar oportunidade à pesquisadora de conhecer um pouco da realidade da aluna com SD (J3) do ensino fundamental I. Mediante observações e vivências fundamentadas na teoria e nos saberes da experiência vivenciada na instituição, proporcionando uma análise e reflexão sobre as relações interpessoais, interações e práticas pedagógicas. As experiências possibilitadas pela observação favorecem ainda mais na construção de novas ideias e novas propostas relacionadas à educação inclusiva, tomando como base o contexto teórico, ferramenta chave para entendimento e transformação da realidade.

Foi observado que J3 é querida, tanto pelos docentes, pelos funcionários administrativos, desde auxiliar de serviços gerais até a turma ao qual está inserida. Ela tenta participar de todas as atividades propostas e está sempre muito alegre. A

professora acredita na capacidade da aluna com SD, isso muito importante, pois a motivação e a confiança traz segurança para criança com SD, ela trabalha da mesma forma que com os outros alunos, apenas as atividades são diferentes, ou seja, são de acordo com a evolução da aprendizagem cognitiva de J3.

Tardif (2004, p. 38) discorre que:

São os saberes que resultam do próprio exercício da atividade profissional dos professores. Esses saberes são produzidos pelos docentes por meio da vivência de situações específicas relacionadas ao espaço da escola e às relações estabelecidas com alunos e colegas de profissão.

Só há inclusão quando todos são atendidos e aceitos no núcleo escolar. A escola apesar de ser de pequeno porte, e não possuir projeto curricular, matérias didáticos entre outros instrumentos para auxiliar no desenvolvimento cognitivo da J3, a mesma possui espaço onde a professora realiza as suas brincadeiras, higienização adequada e o mais importante de tudo que é o amor, aceitação da criança com SD e atenção que a mesma recebe de todos os profissionais, pois sabemos que o cuidar e o educar andam juntos.

A observação possibilitou a experiência, ainda que breve, do trabalho pedagógico para criança com SD de forma interrogativa e investigativa. Percebeu-se que a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional especial, ainda que limitado, é de fato possível, desde que o(a) educador(a) seja ousado(a), e se dão, principalmente, através do conhecimento dos alunos com deficiências, quando se conhece as dificuldades, limitações e potencialidades deles a educação inclusiva acontece.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apreendido ao longo desta pesquisa, pudemos perceber que o processo de inclusão escolar de uma estudante com SD no ensino regular, ainda é um processo de desafios, lutas e barreiras, visto que as condições educacionais na escola ainda são excludentes.

A insegurança, a falta de recursos didáticos, projetos curriculares que não abrange a diversidade, falta de qualificações dos professores como também a não participação dos pais na vida escolar da aluna contribui para lenta evolução da aluna com SD. A escola precisa de uma reestruturação da prática pedagógica, apesar da professora criar métodos que tentam incluir as NEE da aluna com SD, ainda está um pouco distante de ser ideal.

Os professores, gestores e familiares devem compreender que a inclusão é um grande desafio, entretanto não é impossível, a mesma deve ser buscada sem medo. Entretanto considero a participação, desde a escola até os familiares, de real importância na socialização e inclusão dos alunos com SD em sala de aula. A mesma não deve ser vista ou entendida como problema, mas deve ser compreendida como indivíduo apto a aprender e a desenvolver as suas potencialidades, deve ser estimulada a conviver com outro, a aprender e passar conhecimento para o outro. Esses estímulos favorecem a inclusão escolar. Contudo, o ensino inclusivo na prática ainda está longe de ser adequado, as metodologias pedagógicas ainda não contemplam as necessidades educativas especiais da estudante com SD.

Para tanto, no que se vincula a escola, a gestão e o corpo docente precisam aprimorar as suas estratégias e buscar capacitações para ter êxito na inclusão dos alunos com deficiências. No entanto, mesmo perante as fragilidades que a escola possui, como foi citado acima, falta de relação entre os pais e escola, a professora consegue que a criança com SD sinta-se bem no ambiente escolar e, na medida do possível, a sua aprendizagem aos poucos vai evoluindo.

Concluo que, o apoio da família, como a qualificação dos profissionais das escolas no processo de inclusão educacional da criança com SD é de fundamental importância no sucesso de uma educação inclusiva.

Ressalto a necessidade de um olhar eficaz na Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva que proporcionem as crianças com

deficiências, à suas famílias e nas escolas públicas ou privadas o suporte necessário para romper a exclusão. E que essas políticas inclusivas não fiquem só no papel, mas que de fato na prática elas cumpram o seu papel social, que é de direcionar e garantir o acesso há um educação igualitária e de qualidade para todos as pessoas com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

BISSOTO, Maria Luísa. Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. **Ciências & Cognição**, [S.l.], v. 4, Mar. 2005. ISSN 1806-5821. Disponível em: <<http://cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/485/262>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Antônio Cícero de Souza**. In: Lutar com a palavra: escritos sobre o trabalho do educador. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. P. 161 - 169.

BRASIL Estatuto da Criança e do Adolescente **lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/file/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf> Acesso em 13 ago. 2018.

_____. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - 1996 CAPITULO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL **LEI Nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996 LEI Nº 9394/96 L. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>_Acesso em 13 ago. 2018.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>> Acesso em 13 ago. 2018

_____. Presidência da República. Lei nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em 13 ago. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.394**, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 13 ago. 2018.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf>. Acesso em 13 ago. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 7.853** de 24 de outubro de 1989 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm>. Acesso em 13 ago. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.394** de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em 13 ago. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 5.692**, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 13 ago. 2018.

_____. **RESOLUÇÃO CNE/CEB n.4**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em 13 ago. 2018.

_____. **Resolução CNE/CEB Nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em 13 ago. 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Medição, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 10 jun. 2018.

DUARTE, R. **Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, 2002.

FALKEMBACH, Elza Ma. F. Planejamento Participativo: uma maneira de pensá-lo e encaminhá-lo com base na escola. In: VEIGA, Ilma P. Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2009, 26ª ed. P. 131 – 141.

FARFUS, Daniele. **Espaços educativos: um olhar pedagógico**. 1ª Edição. Editora Intersaberes. Curitiba: 2012.

FONSECA, V da. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

GIL, M. (Coord.) **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. São Paulo: Editora Vozes, 2003.

HONORATO, H. G. **O Gestor Escolar e suas competências: A Liderança em discussão**, 2012. In: Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/HerculesGuimaraesHonora to_res_int_GT8.pdf](http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/HerculesGuimaraesHonora%20to_res_int_GT8.pdf)> Acesso em 30 de jun. 2018.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. **Formação dos profissionais em educação: visão crítica e perspectiva de mudança**. In: PIMENTA, S. G. *Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2002. cap. 1. p. 11-58.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, J. Ferreira; **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. Coleção Docência em formação. Pp. 355 – 408 (**Seminário 6 – O Papel do gestor na aprendizagem escolar**).

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marly E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, Beatriz Branco e DIAS; Marian Ávila de Lima. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS?** Olhares, Guarulhos, v. 3, n. 1, p. 194-218. Maio, 2015. Disponível em: <www.olhares.unifesp.br/index.php/olhares/article/download/360/128> Acesso em 30 de jun. 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan.— São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <<https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%A3O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>> Acesso em 02 de jun. 2018.

MICHELS, Maria Helena, O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? **Revista Educação Especial** [en linea] 2011, 24. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127402006>> ISSN 1808-270X. > Acesso em 19 de jun. 2018.

MILLS, N. D. A educação da criança com Síndrome de Down. In: SCHWARTZMAN, José Salomão. (Org). **Síndrome de Down**. 2 ed. São Paulo: Memnom: Mackenzie, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo – SP: Editora Ática, 2008.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. **Pessoas com síndrome de Down: uma reflexão para pais e professores** / Janine Marta Coelho Rodrigues. – Rio de JANEIRO : Wak Editora, 2015. 72p.

RODRIGUES, Sonia Maria. **A Construção de Práticas Pedagógicas Inclusivas em uma Escola Pública de Belo Horizonte**. 2013. 266p. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, Naiane Cristina ; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa, **Revista Brasileira de Educação Especial** 2017, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413653820180001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 maio. 2018.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

TEIXEIRA, Hélio Janny. **Da Administração Geral à Administração Escolar: Uma Revalorização do Papel do Diretor da Escola Pública**. São Paulo – SP: Editora Edgard Blucher Ltda, 2003.

THESING, Mariana Luzia Corrêa ; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. A Epistemologia na Formação de Professores de Educação Especial: Ensaio sobre a Formação Docente. **Rev. bras. educ. espec.** [online]. 2017, vol.23, n.2, pp.201-214. ISSN 1413-6538. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382017000200201&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 10 jun. 2018.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

WUO, Andréa Soares. A construção social da Síndrome de Down. **Cad. psicopedag.**, São Paulo , v. 6, n. 11, 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S16761049200700010002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 10 ago. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Universidade Federal da Paraíba

Centro de Educação

Graduação em Pedagogia

A Inclusão da Estudante com Síndrome de Down na Educação Fundamental I

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS JUNTO A GESTORA DA ESCOLA JOÃO LINS.

Bloco 1 – Dados de identificação

Nome: _____
Formação profissional: _____ Idade _____
Função: _____
Tempo de serviço: _____

Bloco 2 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

A Prefeitura junto a Secretária de Educação oferece ou já ofereceu cursos de capacitação de professores para atender alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)?

() sim () não

Se a resposta foi sim, qual o nome dos cursos? E qual o tempo de duração?

Se oferecer tais cursos, no entanto, esses são disponibilizados para todos os professores da rede pública? () Sim () Não

Quem tem acesso?

Há a disponibilização de recursos didáticos de acordo com a necessidade?

O qual o conceito de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para você?

Você acha que o AEE faz falta na escola?

☐ Sim ☐ Não.

Por quê?

O que você entende por Síndrome de Down?

A gestão recebe alguma orientação da prefeitura de como proceder com essa aluna com Síndrome de Down?

A escola recebe recurso financeiro para atender alunos com necessidades educativas especiais? ☐ Sim ☐ Não

A escola faz adaptações curriculares? Se a resposta for sim, quais?

☐ Sim ☐ Não

Quais as facilidades e dificuldades para atender a essa aluna com Síndrome de Down?

Há resistência de professores em relação à matrícula de alunos com algumas necessidades especiais em sua sala de aula?

☐ Sim ☐ Não

O que eles acham sobre isso?

Há quanto tempo a aluna com Síndrome de Down está matriculada na escola

Os pais ou responsáveis da aluna com Síndrome de Down estão satisfeitos em inseri-lo(s) no ensino regular junto com os outros sem necessidades especiais?

Como é a sua comunicação com a família da aluna com Síndrome de Down?

Que expectativas você acha que tem pais ou responsáveis da aluna com Síndrome de Down?

Como você faz para manter a relação com os responsáveis da aluna com Síndrome de Down?

A instituição oferece material de apoio para os professores ensinarem a aluna com Síndrome de Down?

☐ Sim ☐ Não

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

Universidade Federal da Paraíba

Centro de Educação

Graduação em Pedagogia

A Inclusão da Estudante com Síndrome de Down na Educação Fundamental I

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS JUNTO A PROFESSORA DA ESCOLA JOÃO LINS

Bloco 1 – Dados de identificação

Nome: _____

Formação profissional: _____ Idade _____

Função: _____

Tempo de serviço: _____

Bloco 2 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Você já fez algum curso preparatório para lecionar pessoas com necessidades especiais? Se a resposta for sim, quais foram?

() Sim () Não.

Você já ensinou antes alunos com Síndrome de Down?

() Sim () Não

Quais as facilidades você encontra para atender aluna com Síndrome de Down com uma melhor qualidade?

Quais as dificuldades você encontra para atender aluna com Síndrome de Down com uma melhor qualidade?

Você fez alguma adaptação curricular para atender essa aluna?

() Sim () Não

Cite:

Você recebeu alguma orientação da direção antes de ensinar essa aluna com Síndrome de Down? () Sim () Não.

Se sim, quais?

Você recebeu alguma orientação dos familiares?

() Sim () Não

Se a resposta anterior foi sim, qual foi?

Como você desenvolve sua prática pedagógica para atender aluna com Síndrome de Down? O ensino é diferenciado para essa aluna?

Você acha que a aluna com Síndrome de Down está se sentindo realizado com o trabalho que a escola está oferecendo a ele? ☐ Sim ☐ Não. Explique o porquê de sua resposta:

Você se sente preparado (a) para atender essa aluna?

☐ pouco capacitado ☐ muito capacitado ☐ nenhum pouco capacitado

Você considera sua relação com ele:

☐ Ruim ☐ Boa ☐ Regular ☐ Ótima

A relação da aluna com Síndrome de Down com os outros alunos é considerada em sua opinião:

☐ Ruim ☐ Boa ☐ Regular ☐ Ótima

Como eles reagiram a início com essa aluna?

Você acha que essa aluna é capaz de aprender?

☐ Sim ☐ Não

Como você desenvolve a prática pedagógica para atender essa aluna?

Utiliza materiais diferenciados para essa aluna?

☐ sim ☐ não

Se sim, quais?

De que forma você avalia o desempenho da aluna com Síndrome de Down?

Você o acha na sala:

☐ participativa ☐ Tímida ☐ Reprimida ☐ Inquieta ☐ Curiosa

Outros:

Você acha que a relação com os outros alunos influencia a aluna com Síndrome de Down?

☐ Sim ☐ Não. De que maneira?

Como é a sua comunicação com os familiares dessa aluna?

Você acredita que eles estão satisfeitos com o ensino para esse aluno?

☐ Sim ☐ Não. Explique o porquê de sua resposta:

Quais os aspectos abaixo você identifica que a aluna com Síndrome de Down tem se desenvolvido progressivamente:

☐ Participativo ☐ Tímido ☐ Curiosidade ☐ Relação social

☐ Interesse ☐ Comportamento ☐ Compreensivo

O qual o conceito de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para você?

Você acha que o AEE faz falta na escola?

☐ Sim ☐ Não.

Por quê?

Você acredita que o AEE contribuiria para auxiliar e consequentemente na inclusão e o processo educacional da aluna com Síndrome de Down?

☐ Sim ☐ Não.

O Porquê de sua resposta?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre A Inclusão da Estudante com Síndrome de Down na Educação Fundamental I e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Marcilene de Oliveira aluna do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof.^a Izaura M. Andrade da Silva.

A finalidade deste trabalho é contribuir para obter as informações necessárias para meu trabalho de conclusão de curso. Tal pesquisa tem como objetivo geral: Compreender como está sendo o processo de inclusão de uma aluna com Síndrome de Down no Ensino Regular na escola Municipal João Lins da cidade de São Miguel de Taipu.

Solicitamos a sua colaboração para essa entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisadora. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro ter sido informado e estar devidamente esclarecido sobre o objetivo e intenções deste estudo e sobre os procedimentos de tal, e concordo em participar voluntariamente do mesmo. Estou ciente de que os dados colhidos serão para a pesquisa científica e que podem ser utilizados para publicações.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Marcilene de Oliveira

Endereço: Sitio Corredor / São Miguel de Taipu

Telefone: (83)988089545

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante